Wilson Sons Limited

(Tradução de Conveniência para Português a Partir do Documento Emitido Originalmente em Inglês)

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Referentes ao exercício Findo em
31 de Dezembro de 2011
e Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independente

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Pres. Wilson, 231
22º, 25º e 26º andares
20030-905 - Rio de Janeiro - RJ
Brasil

Tel.: +55 (21) 3981-0500
Fax: +55 (21) 3981-0600
www.deloitte.com.br

(Tradução de Conveniência para Português a Partir do Documento Emitido Originalmente em Inglês)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Wilson Sons Limited
Hamilton, Bermuda

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Wilson Sons Limited e subsidiárias ("Grupo"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011, e as demonstrações consolidadas do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, todos expressos em dólares norte-americanos, a moeda de apresentação e funcional das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS"), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria ("International Standards on Auditing"). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Grupo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

© Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), expressos em dólares norte-americanos.

Outros assuntos

Nossos exames também abrangeram a tradução de conveniência dos valores da moeda funcional das demonstrações financeiras consolidadas (dólares norte-americanos) para reais e, em nossa opinião, essa tradução de conveniência foi feita em conformidade com a base explicada na Nota 2. A conversão dos valores das demonstrações financeiras consolidadas para reais foi efetuada exclusivamente para a conveniência de leitores no Brasil e, portanto, a referida conversão não representa os valores de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS).

Essas demonstrações financeiras foram traduzidas para o Português para a conveniência dos leitores no Brasil.

Rio de Janeiro, Brasil
23 de março de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Paulo Marques Garrucho
Contador
CRC 1RJ 052.813/O-1

© 2011 Deloitte Touche Tohmatsu. Todos os direitos reservados.

WILSON SONS LIMITED

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares, exceto quando mencionado - valores em reais apurados através de conversão para conveniência)

				Conversão para conveniência (*)	
	Notas	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
RECEITAS	4	698.044	575.551	1.309.391	958.982
Custos de matérias-primas e bens de consumo		(82.889)	(67.222)	(155.483)	(112.005)
Despesas com pessoal e benefícios	5	(236.625)	(198.736)	(443.861)	(331.134)
Depreciação e amortização		(59.478)	(42.921)	(111.569)	(71.515)
Outras despesas operacionais	6	(217.230)	(188.276)	(407.481)	(313.705)
Resultado na venda de ativo imobilizado		1.959	90	3.675	150
Resultado financeiro	7	6.068	13.940	11.382	23.227
Despesas financeiras	7	(20.936)	(11.814)	(39.272)	(19.684)
Ganho de capital na transação da Joint Venture	23	-	20.407	-	34.002
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		88.913	101.019	166.782	168.318
Imposto de renda e contribuição social	8	(51.565)	(30.514)	(96.726)	(50.843)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		37.348	70.505	70.056	117.475
Atribuível a:					
Acionistas controladores		37.317	69.996	69.999	116.627
Participação de não controladores		31	509	57	848
		37.348	70.505	70.056	117.475
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Diferença de câmbio		(12.073)	4.607	(22.647)	7.676
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO		25.275	75.112	47.409	125.151
Total resultados abrangentes do ano atribuíveis à:					
Acionistas da controladora		25.536	74.855	47.901	124.723
Participação de não controladores		(261)	257	(492)	428
		25.275	75.112	47.409	125.151
Lucro por ação das operações continuadas					
Básico e diluído (centavos por ação)	21	52,45c	98,39c	98,39c	163,93c

(*) Taxas de câmbio:
31/12/11 – R$1,8758/ US$1,00
31/12/10 – R$1,6662/ US$1,00

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

WILSON SONS LIMITED

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares, exceto quando mencionado - valores em reais apurados através de conversão para conveniência)

				Conversão para Conveniência (*)	
ATIVO	Notas	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
ATIVOS NÃO CIRCULANTES					
Ágio	9	15.612	15.612	29.285	26.013
Outros ativos intangíveis	10	28.546	16.841	53.547	28.060
Imobilizado	11	725.859	560.832	1.361.566	934.458
Impostos diferidos ativos	16	28.525	28.923	53.507	48.192
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	13	28.240	6.400	52.972	10.665
Investimentos de longo prazo	14	1.072	-	2.012	-
Outros ativos não circulantes		8.414	6.552	15.783	10.918
Total dos ativos não circulantes		836.268	635.160	1.568.672	1.058.306
ATIVOS CIRCULANTES					
Estoques	12	21.142	20.147	39.657	33.569
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	13	135.517	128.561	254.203	214.206
Investimentos de curto prazo	14	24.500	36.729	45.957	61.198
Caixa e equivalentes de caixa	14	112.388	118.172	210.817	196.898
Total dos ativos circulantes		293.547	303.609	550.634	505.871
TOTAL DO ATIVO		1.129.815	938.769	2.119.306	1.564.177
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO					
CAPITAL E RESERVAS					
Capital social	21	9.905	9.905	18.580	16.504
Reservas de capital		94.324	91.484	176.932	152.431
Reservas de lucros		1.981	1.981	3.716	3.301
Contribuição excedente		9.379	27.449	17.594	45.737
Lucros acumulados		350.616	313.299	657.685	522.017
Ajuste de conversão		9.143	20.924	17.150	34.864
Patrimônio liquido atribuível aos acionistas da controladora		475.348	465.042	891.657	774.854
Participação de não controladores		2.147	-	4.028	-
Total do patrimônio líquido		477.495	465.042	895.685	774.854
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores e outras contas a pagar	19	2.471	-	4.635	-
Empréstimos bancários	15	451.381	288.596	846.700	480.859
Impostos diferidos passivos	16	26.093	15.073	48.945	25.115
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	17	13.378	12.289	25.094	20.476
Obrigações assumidas por meio de leasing financeiro	18	3.278	6.305	6.149	10.505
Total dos passivos não circulantes		496.601	322.263	931.523	536.955
PASSIVOS CIRCULANTES					
Fornecedores e outras contas a pagar	19	115.788	117.698	217.196	196.108
Passivos ficais correntes		3.472	3.354	6.512	5.588
Arrendamento mercantil financeiro	18	3.787	4.847	7.104	8.076
Empréstimos e financiamentos	15	32.672	25.565	61.286	42.596
Total dos passivos circulantes		155.719	151.464	292.098	252.368
TOTAL DO PASSIVO		652.320	473.727	1.223.621	789.323
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO		1.129.815	938.769	2.119.306	1.564.177

(*) Taxas de câmbio
31/12/11 – R$1,8758/ US$1,00
31/12/10 – R$1,6662/ US$1,00

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

WILSON SONS LIMITED

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares, exceto quando mencionado - valores em reais apurados através de conversão para conveniência)

			Reserva de capital									
	Notas	Capital social US$	Ágio na emissão de ações US$	Outras US$	Pagamento adicional de capital US$	Reservas de lucros US$	Contribuição excedente US$	Lucros acumulados US$	Ajuste de conversão US$	Atribuível aos Acionistas da controladora US$	Participação de não controladores US$	Total US$
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2010		9.905	117.951	28.383	-	1.981	-	243.303	16.065	417.588	5.891	423.479
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	69.996		69.996	509	70.505
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	4.859	4.859	(252)	4.607
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	-	-	69.996	4.859	74.855	257	75.112
Aquisição de participação de não controladores	22	-	-	-	(4.850)	-	-	-		(4.850)	(4.156)	(9.006)
Transferência para contribuição excedente		-	(50.000)	-	-	-	50.000	-	-	-	-	-
Dividendos	21	-	-	-	-	-	(22.551)	-	-	(22.551)	(1.992)	(24.543)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		9.905	67.951	28.383	(4.850)	1.981	27.449	313.299	20.924	465.042	-	465.042
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	37.317	-	37.317	31	37.348
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(11.781)	(11.781)	(292)	(12.073)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	-	-	37.317	(11.781)	25.536	(261)	25.275
Venda de participação de não controladores	22	-	-	-	2.840	-	-	-	-	2.840	2.408	5.248
Dividendos	21	-	-	-	-	-	(18.070)	-	-	(18.070)	-	(18.070)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2011	21	9.905	67.951	28.383	(2.010)	1.981	9.379	350.616	9.143	475.348	2.147	477.495

(continua)

WILSON SONS LIMITED

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares, exceto quando mencionado - valores em reais apurados através de conversão para conveniência)

		Conversão para conveniência (*)										
			Reserva de capital									
	Notas	Capital social R$	Ágio na emissão de ações R$	Outras R$	Pagamento adicional de capital R$	Reservas de lucros R$	Contribuição excedente R$	Lucros acumulados R$	Ajuste de conversão R$	Atribuível aos Acionistas da controladora R$	Participação de não controladores R$	Total R$
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2010		17.247	205.377	49.420		3.449		423.640	27.972	727.105	10.257	737.362
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	116.627		116.627	848	117.475
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	8.096	8.096	(420)	7.676
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	-	-	-	116.627	8.096	124.723	428	125.151
Aquisição de participação de não controladores	22	-	-	-	(8.080)	-	-	-	-	(8.080)	(6.925)	(15.005)
Transferência para contribuição excedente		-	(83.311)	-	-	-	83.311	-	-	-	-	
Dividendos	21	-	-	-	-	-	(37.574)	-	-	(37.574)	(3.320)	(40.894)
Ajuste de conversão em moeda estrangeira para o Real		(743)	(8.846)	(2.129)	-	(148)	-	(18.250)	(1.204)	(31.320)	(440)	(31.760)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		16.504	113.220	47.291	(8.080)	3.301	45.737	522.017	34.864	774.854	-	774.854
Lucro líquido do exercício								69.999		69.999	57	70.056
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(22.099)	(22.099)	(548)	(22.647)
Resultados abrangentes total do exercício		-	-	-	-	-	-	69.999	(22.099)	47.900	(491)	47.409
Venda de participação de não controladores	22				5.327		-			5.327	4.517	9.844
Dividendos	21	-	-	-	-	-	(33.896)	-	-	(33.896)	-	(33.896)
Ajuste de conversão em moeda estrangeira para o Real		2.076	14.242	5.950	(1.018)	415	5.753	65.669	4.385	97.472	2	97.474
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	21	18.580	127.462	53.241	(3.771)	3.716	17.594	657.685	17.150	891.657	4.028	895.685

(*) Taxas de câmbio
31/12/11 – R$1,8758/ US$1,00
31/12/10 – R$1,6662/ US$1,00

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

WILSON SONS LIMITED

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares, exceto quando mencionado - valores em reais apurados através de conversão para conveniência)

				Conversão para conveniência (*)	
	Notas	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	28	86.441	97.013	162.147	161.643
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Juros recebidos		10.146	8.467	19.032	14.106
Resultado na venda de imobilizado		7.384	959	13.851	1.598
Aquisições de ativo imobilizado		(234.009)	(161.971)	(438.956)	(269.876)
Outros ativos intangíveis		(6.807)	(14.546)	(12.769)	(24.236)
Investimentos	14	11.157	(25.613)	20.928	(42.676)
Adiantamento para futuros investimentos	22	(5.331)	-	(10.000)	-
Caixa líquido na transação da joint venture	28	-	5.040	-	8.398
Caixa líquido utilizado nas atividade de investimento		(217.460)	(187.664)	(407.914)	(312.686)
FLUXO DE CAIXA DAS ATVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de dividendos	21	(18.070)	(24.543)	(33.896)	(40.894)
Pagamentos de empréstimos		(34.762)	(18.953)	(65.207)	(31.579)
Pagamentos de leasing		(5.940)	(3.969)	(11.142)	(6.613)
Captação de novos financiamentos		195.979	77.650	367.617	129.380
Saldos negativos de contas bancárias		-	6.391	-	10.649
(Aquisição) Venda de participação de não controladores na subsidiária	22	670	(9.006)	1.257	(15.005)
Caixa líquido gerado nas atividade de financiamento		137.877	27.570	258.629	45.938
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDOS EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.858	(63.081)	12.862	(105.105)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INICÍO DO EXERCICIO	14	118.172	178.136	196.898	310.170
Efeito da variação cambial		(12.642)	3.117	(23.714)	5.193
Ajuste de conversão de moeda estrangeira para o real		-	-	24.771	(13.360)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	14	112.388	118.172	210.817	196.898

(*) Taxas de câmbio
31/12/11 – R$1,8758/ US$1,00
31/12/10 – R$1,6662/ US$1,00

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Wilson Sons Limited ("Grupo" ou "Companhia") é uma companhia sediada em Bermuda, de acordo com o Ato 1981 de Companhias. O endereço do escritório do Grupo é Clarendon House, 2 Church Street, Hamilton, HM11, Bermuda. O Grupo é um dos maiores operadores integrados de logística portuária e marítima e cadeia de suprimentos com mais de 175 anos de experiência operando no mercado brasileiro, possui uma rede de amplitude nacional e presta uma variedade de serviços para os participantes do comércio internacional, em particular no setor portuário e marítimo. As principais atividades são divididas nos seguintes segmentos: operação de terminais portuários, serviços de rebocagem, logística, agenciamento marítimo, apoio marítimo à plataforma de petróleo e gás natural e estaleiro.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS RELEVANTES E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

2.1. Principais práticas contábeis

Declaração de cumprimento

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Informações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* – "IFRS"*),* emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis - IASB.

Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em dólares americanos, de acordo com a moeda do ambiente econômico principal no qual o grupo opera. Entidades com moeda funcional diferente do dólar norte-americano estão incluídos no acordo com as políticas contábeis descritas a seguir.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos custos históricos, exceto pelos instrumentos financeiros e pagamentos baseados em ações, que são mensurados pelos seus valores justos, conforme relatado nas políticas contábeis abaixo. O custo histórico é, em geral, baseado no valor justo da variação do ativo.

Conversão de Conveniência

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas originalmente em dólares norte-americanos. A conversão de conveniência para o real, moeda brasileira, tem por objetivo a conveniência dos leitores no Brasil, sem a intenção de apresentar os valores de acordo com o IFRS, e não deve ser interpretado necessariamente que os montantes em dólares americanos representam, ou poderiam ter sido ou poderiam ser convertidos em reais, em tais taxas ou a qualquer outra taxa. As taxas de câmbio utilizadas para os fins da presente conversão de conveniência foram a PTAX (taxa de referência para o dólar) taxas de câmbio vigentes nas datas de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas, conforme publicado pelo Banco Central do Brasil. Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as taxas de câmbio aplicáveis eram R$ 1,8758 e R$ 1,6662, respectivamente. A diferença entre as taxas aplicáveis de câmbio, em cada uma das datas de encerramento, gera impactos da conversão sobre os saldos iniciais das demonstrações financeiras consolidadas em reais e sobre as mudanças nele durante o período subseqüente. O efeito desta diferença foi demonstrado nas movimentações apresentadas nas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio líquido em reais e respectivas notas como "Ajuste de conversão".

As principais práticas contábeis adotadas estão descritas a seguir:

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras do Grupo e das suas entidades controladas. O controle é alcançado quando o Grupo possui o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da empresa, obtendo benefícios das suas atividades.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos na demonstração do resultado abrangente a partir da data da sua aquisição e até à data da sua alienação, conforme aplicável. O total do resultado das subsidiárias é atribuído aos acionistas da controladora e a participação dos não-controladores, mesmo sendo este resultado um prejuízo.

Quando necessário, ajustes são efetuados nas demonstrações financeiras das subsidiárias no intuito de alinhar as práticas contábeis utilizadas para as Companhias do Grupo.

Todas as transações entre as Companhias do Grupo, patrimoniais, receitas e despesas são eliminadas totalmente na consolidação.

Participações de não controladores de subsidiárias são identificadas separadamente do patrimônio do Grupo. As participações de acionistas não controladores podem ser inicialmente mensuradas a valor de mercado ou serem proporcionais ao ativo líquido adquirido. A base de mensuração é feita aquisição por aquisição. Subsequente à aquisição, a participação dos não controladores consiste no montante dessas participações na data da negociação mais as mudanças ocorridas no patrimônio. O resultado abrangente é atribuído à participação do não controlador, mesmo sendo este resultado um prejuízo.

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos das subsidiárias diretas e indiretas, e que estão listadas na Nota 22.

Combinações de negócios

As aquisições de empresas são contabilizados pelo método de aquisição. O montante transferido em uma combinação de negócios é medido pelo valor justo, que é calculado com a soma dos ativos identificáveis, na data da aquisição pelo Grupo, passivo da adquirida assumidos pelo Grupo e as participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado quando incorridos.

Na data da aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos são reconhecidos pelo seu valor justo, exceto quando:

- Os ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados com acordos de benefícios aos empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a renda e 19 - IAS Benefícios aos empregados, respectivamente;

- Passsivos ou instrumentos financeiros relacionados a pagamentos baseados em ações da investida ou acordo de pagamentos com base em ações do Grupo celebrado para substituir parte do acordo de pagamentos baseados em ações da adquirida, são mensurados conforme IFRS 2 – Pagamentos baseados em ações (Nota 3.16.2); e

- Os ativos (ou grupos para alienação) que são classificados como mantidos para venda são mensurados de acordo com a IFRS 5 - Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS..

Quando a contrapartida transferida pelo Grupo em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente para alterações no justo valor do montante contingente que não se qualificam como ajustes de mensuração depende do período de como o montante contingente está classificado. O montante contingente que é classificada como capital próprio não é mensurado em datas de reporte subsequentes e sua posterior liquidação é contabilizado no patrimônio líquido. A retribuição contingente que é classificado como um ativo ou um passivo é mensurado em datas de reporte subsequentes, de acordo com o IAS 39, IAS 37 ou provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, conforme o caso, com o ganho ou perda correspondente a ser reconhecido no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Grupo na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que o Grupo adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.
Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios não estiver concluída no período final de divulgação das demonstrações financeiras em que a combinação de negócios ocorrer, o grupo divulga valores provisórios para os itens cuja contabilização não tenha sido concluída. Esses montantes provisórios são ajustados durante o período de medição (ver acima), ou outros ativos ou passivos são reconhecidos, para refletir novas informações obtidas sobre fatos e circunstâncias que existiam à data de aquisição que, se conhecido, teria afetado os valores reconhecidos em que data.

A política descrita acima é aplicada a todas as combinações de negócios que acontecem desde 1º de Janeiro de 2010.

Interesses em empreendimentos conjuntos

A *joint venture* é um acordo contratual pelo qual o Grupo e outras partes empreendem uma atividade econômica que esteja sujeita a controle em conjunto, que é quando as decisões estratégicas das políticas financeiras e operacionais relacionadas com as atividades da empresa comum exige o consentimento unânime do compartilhamento de controlar partes.

Quando uma entidade do Grupo compromete suas atividades em regime de *joint venture* diretamente, a participação do Grupo de ativos conjuntamente controlados e quaisquer passivos incorridos juntamente com outros empreendedores são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade competente e classificados de acordo com sua natureza. As responsabilidades e despesas incorridos diretamente em relação à participação em ativos conjuntamente controlados são contabilizados pelo regime de competência. A receita de venda ou uso de participação do Grupo da saída de ativos conjuntamente controlados, e sua parte das despesas da *joint venture*, são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluam para o Grupo e o seu montante pode ser mensurado de forma confiável.

Acordos de *joint venture* que envolvem a criação de uma entidade separada em que cada empreendedor tenha uma participação são referidos como entidades controladas em conjunto. O grupo divulga a participação em entidades conjuntamente controlada usando a consolidação proporcional. A participação do Grupo nos ativos, passivos, receitas e despesas de entidades controladas em conjunto são combinados com os itens equivalentes nas demonstrações financeiras consolidadas em uma base linha por linha.

Quando um grupo de entidades mantém transações com suas entidades controladas em conjunto, lucros e perdas resultantes das operações com a entidade controlada em conjunto são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo apenas na medida da participação na entidade conjuntamente controlada que não estão relacionados ao Grupo .

Moeda funcional

A moeda funcional para cada entidade do Grupo é determinada como a moeda do cenário econômico primário em que opera. Transações que não sejam na moeda funcional (moeda estrangeira) dessa entidade são convertidas pela taxa de câmbio corrente da data da transação. Ao final de cada relatório anual, ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa de câmbio do fim do ano.

Ativos e passivos não monetários que são mensurados em termos de custo histórico em moeda estrangeira não são reconvertidos.

Na consolidação, os itens de resultado das entidades com moeda funcional que não seja o dólar são traduzidos para dólares na taxa de câmbio média do período, já que essa é a moeda funcional do Grupo. Os itens do balanço patrimonial são convertidos pela taxa de câmbio do fim do ano. As variações cambiais decorrentes da consolidação das entidades com moedas funcionais diferentes do dólar são classificadas no patrimônio líquido e são reconhecidas na conta de ajuste de conversão.

Planos de previdência

Pagamentos aos planos de previdência privada na categoria de contribuição definida são registrados como despesa, quando incorridos. Pagamentos efetuados aos planos de aposentadoria administrados pelo governo são considerados equivalentes àqueles oriundos de plano de benefício de contribuição definida.

Imposto de renda e contribuição social

Os impostos compreendem imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do ano. Lucro tributável difere do lucro antes do imposto de renda, conforme apresentado na demonstração do resultado, tendo em vista que o lucro tributável exclui ou inclui itens que não serão, temporariamente ou permanentemente, tributáveis ou dedutíveis. O passivo relacionado ao imposto corrente do Grupo é calculado com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços.

O imposto diferido é o imposto que a Companhia espera pagar ou recuperar sobre as diferenças temporárias (como, por exemplo, diferenças entre o valor contábil de um ativo ou passivo e o seu valor fiscal utilizado para cômputo do lucro tributável).Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos quando é provável que esses ativos sejam recuperáveis por meio de suficiente lucro tributável. Estes impostos diferidos ativos e passivos não são reconhecidos se as diferenças temporárias originam-se de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto em uma combinação de negócios) de um ativo ou passivo em uma transação que não afeta a contabilização do lucro ou o lucro tributável.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em subsidiárias ou associadas, e participações em controladas em conjunto, exceto quando o Grupo pode controlar a remessa dos lucros e é provável que não haja remessa sobre os exercícios anteriores num futuro próximo. Impostos diferidos passivos originados de diferenças temporárias dedutíveis associados à estes investimentos e participações são somente reconhecidos quando é provável que haverá lucro tributável suficiente para utilizar os benefícios das diferenças temporárias e podem ser revertidos em um futuro próximo.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente quando é provável que esses ativos sejam recuperáveis por meio de suficiente lucro tributável. A recuperação do ativo fiscal diferido é revisada em cada data de balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera aplicar no período em que o passivo é liquidado ou o ativo é realizado, com base em alíquotas e leis fiscais que tenham sido decretadas ou substantivamente decretadas ao final do período coberto pelo relatório. A mensuração dos passivos fiscais diferidos e ativos reflete as consequências fiscais que se seguem derivadas da maneira pela qual a Grupo espera, no final do exercício recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

A Companhia detém o direito de compensar o imposto de renda diferido ativo com o passivo quando estes são tributados na mesma entidade e são tributos da mesma esfera fiscal e quando há permissão fiscal para que esta faça o reembolso ou pagamento líquido. Nas demonstrações financeiras consolidadas o imposto de renda diferido ativo de uma Companhia não pode ser eliminado com o imposto de renda diferido passivo de outra, já que não há provisão legal para a compensação de impostos ativos e passivos entre as Companhias do Grupo.

O imposto corrente ou diferido são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando este é relacionado a itens que tenham sido debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, para os quais tal imposto diferido também é reconhecido diretamente ao patrimônio líquido.

Imobilizado

O imobilizado está reconhecido pelo custo de aquisição reduzido da depreciação acumulada e qualquer provisão para realização do ativo.

A depreciação é calculada com base no método linear uo valorização dos ativos, com exceção dos e terrenos e edifícios, levando-se em consideração a vida útil estimada, conforme demonstrado a seguir:

Terrenos e construções:	25 anos
Benfeitorias em imóveis alugados:	(*)
Embarcações:	20 anos
Veículos:	5 anos
Máquinas e equipamentos:	5 a 20 anos

(*) Inferior ao período do aluguel ou vida útil

As vidas úteis estimadas, valores residuais e método de depreciação são revistos no final de cada exercício, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas contabilizadas de uma base futura.

Os ativos em construção são reconhecidos ao custo, reduzido de qualquer provisão para recuperabilidade. O custo inclui honorários de profissionais contratados para os ativos qualificáveis. A depreciação, calculada nas mesmas bases dos demais ativos, começa quando os ativos estão prontos para o uso.

Os contratos de *leasing* financeiro são depreciados ao longo da vida útil esperada nas mesmas bases dos ativos próprios. Quando não há certeza razoável que o arrendatário será o proprietário ao final do prazo do *leasing*, o ativo deve ser totalmente depreciado durante oprazo do arrendamento mercantil ou da sua vida útil, o que for menor.

Os custos com docagem são capitalizados e depreciados ao longo do período para o qual estes gerarão benefícios econômicos.

O ativo imobilizado é baixado sobre alienação ou quando nenhuns benefícios econômicos forem esperados que surjam do uso continuado do ativo. O ganho e a perda oriundos da baixa ou alienação de um ativo imobilizado são determinados pela diferença entre a receita auferida, se aplicável, e o respectivo valor residual do ativo, e é reconhecido no resultado do exercício.

Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, que são ativos que necessariamente levam um período substancial para estar pronto para seu uso pretendido ou venda, são adicionados ao custo desses ativos, até a conclusão dos mesmos.

Receitas financeiras decorrentes de investimento temporário de empréstimos, enquanto os mesmos não são utilizados para seus devidos fins, são deduzidos dos custos capitalizados.

Todos os outros custos são reconhecidos em receita ou despesa no período os quais são incorridos.

Ágio

O ágio resultante da aquisição de uma subsidiária é contabilizado pelo custo na data da aquisição do negócio (veja acima combinações de negócios), menos perda do valor realizável, se houver.

Na alienação da unidade geradora de caixa relevante, o montante atribuível de ágio é incluído na determinação do lucro ou perda na alienação.

O Grupo testa a estimativa de recuperação do ágio anualmente ou quando ocorrem eventos que indiquem que o ágio pode não ser recuperado. Os montantes recuperáveis são determinados com base no valor das projeções de resultado. A principal premissa utilizada nas projeções de resultado refere-se a taxa de desconto, taxas de crescimento e alterações de preço de venda e custos durante os períodos. A Administração estima taxas de desconto utilizando taxas antes do imposto que refletem avaliações correntes de mercado para o custo do capital ao longo do tempo e os riscos específicos para a geração de caixa. As taxas de crescimento são baseadas nas projeções da Administração e tendências históricas. Mudanças nos preços de venda e custos diretos são baseados em práticas passadas e expectativas de mudanças futuras no mercado.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas de recuperabilidade. Amortização é reconhecida pelo método linear sobre suas expectativas de vida útil. A estimativa de vida útil e o método de amortização são revisados ao final de cada exercício, com os efeitos de quaisquer mudanças sendo contabilizados para uma base futura.

O ativo intangível é baixado no momento da alienação ou quando nenhum benefício econômico for esperado da utilização ou alienação. Ganhos ou perdas decorrentes de desreconhecimento de um ativo intangível, mensurado como a diferença entre os valores de venda da alienação e o valor residual do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Recuperabilidade dos ativos tangíveis e outros ativos intangíveis, excluindo ágio

Os ativos sujeitos a amortização ou depreciação são revisados para recuperabilidade de saldo quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o seu valor residual pode não ser recuperável.

Uma provisão para recuperação dos ativos é reconhecida no montante pelo qual o valor residual do ativo excede seu respectivo valor de recuperação. O valor de recuperação é o maior valor entre o valor justo menos o custo para colocação à venda e o valor de utilização. Para o teste de recuperabilidade, os ativos são agrupados até o menor nível no qual os fluxos de caixa são identificados.

Estoques

Os estoques estão demonstrados ao menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. Os custos são representados por materiais diretos e, quando aplicável, custos diretos de pessoal e por aqueles custos que seriam incorridos para colocar tais estoques em condições de uso. O valor líquido de realização é representado pela estimativa de preço de venda para estoques menos todos os custos estimados para a finalização e custos de marketing, venda e distribuição a serem incorridos.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo conforme as disposições contratuais do instrumento.

1. Ativos financeiros

   Os ativos financeiros estão classificados de acordo com as categorias especificadas: "mensurados pelo valor justo por meio do resultado" (FVTPL), " investimentos mantidos até o vencimento", "disponíveis para venda" (AFS) e "empréstimos e recebíveis". A classificação depende da natureza e da finalidade dos recursos financeiros e é determinada no momento do reconhecimento.

   Os investimentos são reconhecidos e baixados na data do contrato de compra ou venda de um ativo financeiro, cujos termos exigem a entrega do ativo financeiro respeitando os prazos previstos pelo mercado em questão. Esses instrumentos são inicialmente registrados pelo valor justo mais os custos de transação, com exceção dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (FVTPL), que são registrados inicialmente pelo valor justo.

   Todos os ativos financeiros reconhecidos são, subsequentemente, avaliados em sua totalidade, ao valor justo ou custo amortizado.

   A receita é reconhecida pelo método de juros efetivos para ativos financeiros diferentes daqueles classificados como valor justo por meio do resultado (FVTPL).

Método do juros efetivos é o método de calcular o custo amortizado de um ativo financeiro e de alocar a receita de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que integram a taxa de efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) durante a vida esperada do instrumento ou, quando apropriado, o período mais curto na quantia escriturada líquida do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como empréstimos e recebíveis

Empréstimos e Recebíveis

Os seguintes instrumentos foram classificados como empréstimos e recebíveis e são avaliados ao custo amortizado usando o método eficaz de juros, menos o prejuízo. A renda de juros é reconhecida aplicando a taxa efetiva, à exceção dos recebíveis a curto prazo quando o reconhecimento do juros seria imaterial.

- Caixa e Equivalentes de Caixa / Investimentos de Curto Prazo: Caixa e equivalentes de caixa compreendem as disponibilidades em caixa e outros investimentos de curto prazo com resgate em até 90 dias e que estejam sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor; e investimentos que envolvem dinheiro em caixa e outros investimentos com mais de 90 dias de vencimento.
- Contas a receber: Contas a receber e outros recebíveis são demonstrados pelo valor justo dos ativos a receber, reduzidos pela provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Avaliação de ativos financeiros

Os ativos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado são avaliados por indicadores a cada data do balanço. Os ativos financeiros são desvalorizados quando há uma evidência objetiva que, como conseqüência de uns ou vários eventos que ocorram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento sejam impactados.

A evidência objetiva da desvalorização pode incluir:

- significativa dificuldade financeira do emissor ou da contraparte; ou
- negligência do pagamento do principal e dos juros; ou
- é provável que o devedor entre em processo de falência ou de reorganização financeira;ou
- o desaparecimento de uma atividade de mercado para um ativo financeiro devido à dificuldades financeiras.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que são avaliados para não serem prejudicados individualmente são avaliados subseqüentemente para o prejuízo em uma base coletiva. A evidência objetiva do prejuízo para uma carteira de recobráveis pode incluir a experiência anterior do Grupo dos pagamentos recebidos, um aumento no número de pagamentos atrasados na carteira após o período de crédito médio de 60 dias, assim como, mudanças perceptíveis nas situações econômicas nacionais ou locais correlacionada com a falta de pagamentos.

Para ativos financeiros avaliados ao custo amortizado, o valor do prejuízo é a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado da taxa de juros efetiva do ativo financeiro original.

O valor do ativo financeiro é reduzido diretamente pela desvalorização para todos os ativos financeiros com exceção das contas a receber, onde o valor contabilizado é reduzido através do uso de uma conta de provisão.

Quando o recebível é considerado incobrável, é baixado contra uma conta de provisão. A recuperação subseqüente de montantes previamente provisionados são creditados contra a conta de provisão. As mudanças no valor contábil na conta de provisão são reconhecidas no resultado.

Desreconhecimento de Ativos Financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro somente quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expira, ou transfere substancialmente o ativo financeiro e todos os riscos e benefícios da posse do ativo a outra entidade. Se o Grupo não transfere ou detém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e continua a controlar o ativo transferido, o Grupo reconhece seu direito no ativo e registra uma provisão para valores a pagar. Se o Grupo detém substancialmente todos os riscos e benefícios da posse de um ativo financeiro transferido, o Grupo continua a reconhecer o ativo financeiro e igualmente reconhece um empréstimo para os rendimentos recebidos.

2. Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como “FVTPL” ou “outros passivos financeiros”.

Passivos financeiros são classificados como “FVTPL” quando o passivo financeiro é detido para negociação ou quando é designado como FVTPL.

Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido de custos de transação.

Outros passivos financeiros são subseqüentemente mensurados pelo custo das amortizações efetuadas, utilizando a taxa de juros efetiva, com os juros provenientes desses passivos reconhecidos no resultado pelo regime de competência.

O resultado do método dos juros é um método de cálculo do custo amortizado de um passivo financeiro e de alocação da despesa de juros no período. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos futuros estimados de caixa desde a expectativa de vida do passivo financeiro, ou (quando apropriado) um período mais curto, até o montante reconhecido inicialmente.

Não há passivos financeiros classificados como "FVTPL".

Outros Passivos financeiros

- Empréstimos: Empréstimos bancários, financiamentos e arrendamento mercantil são registrados pelos valores captados, líquidos dos custos diretos de captação dos recursos. Encargos financeiros, incluindo o prêmio a pagar na quitação ou resgate e custos diretos de captação, são reconhecidos no resultado pelo regime de competência utilizando-se o método de juros efetivos e são acrescidos ao valor contábil dos instrumentos na medida em que não são quitados no exercício no qual são levantados.
- Contas a Pagar: Contas a pagar e outros valores a pagar estão mensurados pelo valor justo líquido do custo líquido da transação.

Desreconhecimento de Passivos financeiros

O Grupo pára de reconhecer seus passivos financeiros quando e, somente quando as obrigações são eliminadas, canceladas ou expirarem.

Derivativos

O Grupo pode utilizar instrumentos financeiros derivativos para reduzir sua exposição a variações no câmbio e nos juros. Os derivativos são mensurados ao seu valor justo em cada data do balanço. O Grupo não possui *hedge accounting* e, portanto, os ganhos e as perdas oriundos de variações no valor justo são registrados no resultado do período como receita financeira ou despesa financeira. Em 2011 e 2010, o Grupo entrou em um contrato de derivativo (DI Fut), a fim de trocar um título do governo (Letra do Tesouro Nacional - LTN) taxa fixa de pré para pós-fixados.

Derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou em outros contratos, quando não estão estritamente relacionados ao contrato principal, são tratados separadamente no que tange aos seus riscos, características e prazos. O Grupo não possui derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros no período apresentado.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) como resultado de um evento passado, e é provável que ao Grupo seja requerido honrar tal obrigação e uma estimativa confiável pode ser feita no montante da obrigação.

O montante reconhecido como provisão é mensurado pela melhor estimativa quanto ao montante necessário para liquidar a obrigação ao final do período de reporte, levando em conta os riscos e incertezas ao redor da obrigação.

Quando espera-se obter de uma terceira parte alguns ou todos os benefícios econômicos de uma provisão em acordo, um recebível é reconhecido como um ativo se é virtualmente certo que o reembolso seja recebido, sendo o montante avaliado confiavelmente.

Pagamentos baseados em ações

De acordo com a IFRS 2 - Pagamentos baseados em ações, os passivos de liquidação financeira pagamentos baseados em ações, são reconhecidos pelo valor justo.

Do final do exercício até o passivo ser liquidado, e na data da liquidação, o valor justo do passivo é remensurado, com as alterações no valor justo reconhecidos no resultado do exercício.

O valor justo é medido pela utilização de um modelo binomial. O valor justo calculado pelo modelo foi ajustado, com base na melhor estimativa da administração, para os efeitos de considerações comportamentais.

Receita

A receita é mensurada pelo valor justo do montante recebido ou a receber de bens e serviços prestados no curso normal dos negócios líquidos de descontos comerciais e de outros impostos de vendas relacionados. O Grupo atua apenas como um agente, os valores faturados a clientes são compensados com custos relevantes.

As vendas dos serviços são reconhecidas quando o trabalho contratado foi executado de acordo com os termos do contratante.

As receitas oriundas da construção de embarcações são reconhecidas, proporcionalmente à etapa de construção do contrato, de acordo com a política contábil do Grupo sobre contratos de construção, conforme descrito anteriormente.

A receita de juros é reconhecida quando é provável que haja benefícios econômicos para o Grupo e o montante desta receita pode ser mensurado confiavelmente. A receita de juros é reconhecida por competência, tendo por referência o principal aplicado e a taxa efetiva de juros aplicável, ou seja, a taxa de desconto do fluxo de caixa futuro aplicada aos rendimentos estimados ao longo do prazo esperado para a aplicação resultará no valor contábil da aplicação.

Os dividendos oriundos dos investimentos do Grupo são reconhecidos quando os direitos dos acionistas de receber tais dividendos são estabelecidos.

Contratos de construção

Quando a conclusão de um contrato de construção pode ser estimada de forma confiável, a receita e o custo são reconhecidos proporcionalmente à etapa de conclusão física ao final do período de reporte. Avaliação baseada na proporção dos custos incorridos para trabalhos executados até a data, relativos ao custo total estimado do contrato, exceto onde isto não seria representativo do estágio de conclusão. Os aditivos de contrato, reclamações e pagamentos de incentivos são considerados desde acordado com o cliente e consequentemente considerados como prováveis.

Quando o resultado do contrato de construção não pode ser estimado com confiança, a receita é reconhecida na medida em que os custos são incorridos e desde que seja provável a sua realização. Os custos contratuais são reconhecidos como despesas do exercício no qual são incorridos.

Quando é provável que o total de custos dos contratos exceda o total das receitas contratuais, a perda prevista é reconhecida imediatamente no resultado.

Lucro operacional

Corresponde ao lucro antes do resultado de equivalência patrimonial e das receitas e despesas financeiras.

Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis são classificados como financeiros se for determinada, nos termos dos contratos de arrendamento, a transferência substancial, para o Grupo, de todos os riscos e benefícios sobre o bem financiado. Todos os outros tipos de arrendamentos mercantis são classificados como operacionais.

O Grupo como arrendatário:

Os ativos adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são reconhecidos como ativos do Grupo ao seu valor justo na data de início do arrendamento ou pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento, dos dois o menor. A obrigação com o arrendador é reconhecida no balanço patrimonial como Arrendamento Mercantil Financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são segregados entre encargos financeiros e abatimento da respectiva obrigação, dessa forma atingindo uma taxa de juros constante sobre a obrigação remanescente. Os encargos financeiros são reconhecidos imediatamente no resultado, a não ser que sejam diretamente atribuídos à ativos qualificáveis, sendo, neste caso, capitalizados.

As obrigações oriundas de arrendamentos operacionais são reconhecidas como despesa no resultado dos exercícios, linearmente com base nos termos do contrato de arrendamento.

2.2. Estimativas contábeis e principais premissas para estimar incertezas

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis adotadas pelo Grupo, descritas anteriormente, a Administração adotou julgamentos e premissas que podem gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras, conforme mencionado abaixo:

As estimativas e pressupostos subjacentes são revisadas em uma base contínua. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período no qual a estimativa é revisada caso essa revisão afeta somente este período, ou afeta o período da revisão e períodos futuros, caso a revisão afete períodos corrente e futuros.

a) Provisões para contingências legais

No curso normal das operações no Brasil, o Grupo está exposto ao risco de ser acionado judicialmente. As provisões para ações judiciais são estimadas pela Administração do Grupo em conjunto com seus consultores legais, considerando o provável desfecho da respectiva contingência em desembolso financeiro. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa da Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais, sobre o provável desembolso futuro que uma ação judicial pode gerar para o Grupo. Para ações judiciais de natureza trabalhista, a provisão é estimada com base na experiência histórica e com o melhor conhecimento que Administração tem sobre fatos e circunstâncias relevantes.

b) Impostos

Há incertezas quanto à interpretação das normas tributárias complexas e o montante e tempo de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos contratos existentes, as diferenças entre os resultados reais e os pressupostos adotados, ou mudanças futuras em tais expectativas podem exigir ajustes futuros para o imposto de renda e despesa já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas aplicáveis, com as possíveis consequências da auditoria por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições onde opera. A quantidade de tais disposições são baseadas em diversos fatores, tais como experiências anteriores com auditorias fiscais e interpretações diferentes dos regulamentos fiscais por parte do sujeito passivo e pela autoridade fiscal em causa. Tais diferenças de interpretação podem surgir para os mais diversos assuntos, dependendo das condições em vigor no respectivo domicílio da entidade do Grupo.

c) Imposto de renda e contribuição de renda a recuperar e diferidos

O Grupo registra os ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre o valor contábil dos ativos e passivos e as suas bases tributárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que o Grupo espera gerar lucro tributável suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Tais projeções e previsões incluem várias suposições sobre o desempenho do Grupo, taxas de câmbio, o volume de serviços, taxas e outros fatores que podem diferir das estimativas atuais.

De acordo com a legislação tributária brasileira em vigor, os prejuízos fiscais não expiram para utilização. No entanto, os prejuízos fiscais acumulados só poderão ser compensado em até 30,0% do lucro tributável anual.

d) Recuperabilidade do ágio

A determinação da recuperabilidade do ágio requer a estimativa do valor em uso das unidades de geração de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso requer que a administração da entidade estime o fluxo de caixa futuro esperado a resultar da unidade de geração de caixa, bem como uma taxa de desconto apropriada para o cálculo do valor presente.

O valor do ágio ao final do período reportado era de US$15,6 milhões (R$29,3 milhões) (2010: US$15,6 milhões (R$26,0 milhões)). Os detalhes do calculo da provisão para recuperabilidade do ágio são discutidos na Nota 9. Não há provisão para recuperabilidade do ágio para o período reportado.

e) O valor justo dos derivativos

Conforme descrito na Nota 25, o Grupo pode realizar operações com derivativos objetivando gerenciar o risco. Para os instrumentos financeiros derivativos, as premissas são elaboradas com base na cotação de mercado ajustadas pelas características específicas desses instrumentos. Em 2011, o Grupo operou com derivativos.

f) Pagamento baseado em ações

O valor justo do plano de incentivo de longo prazo é determinado utilizando-se o modelo binomial. As premissas utilizadas no cálculo do valor justo são: expectativa de volatilidade; expectativa de vida; taxa de risco livre e rendimento esperado dos dividendos. A expectativa de volatilidade é determinada calculando-se a volatilidade histórica do preço das ações do Grupo. A expectativa de vida usada no modelo foi ajustada conforme a melhor estimativa da administração, para o exercício das considerações comportamentais. A expectativa de rendimento esperado dos dividendos é baseada na política de dividendos do Grupo. Na determinação da taxa livre de risco o Grupo utiliza como taxa de juros títulos do governo (cupom zero) moeda a qual o preço de exercício é determinado. O Grupo utiliza como taxa de baixa a melhor estimativa da administração do percentual dos prêmios que serão baixados com base na proporção aos prêmios esperados pelos detentores que deixarão o Grupo.

Qualquer mudança nessas premissas impactará o valor provisionado do plano de incentivo de longo prazo.

g) Vida útil dos ativos imobilizados e ativos intangíveis com vida útil definida

Depreciação e amortização são cobrados de forma a amortizar o custo ou a saldo de ativos, com exceção dos terrenos e imobilizados em andamento, sobre as suas vidas úteis estimadas, utilizando o método de cálculo linear. Vidas úteis estimadas são determinadas com base na experiência prévia e melhor gestão do conhecimento, e são revisados anualmente.

2.3. Aplicação de Normas Internacionais de Informações Financeiras (IFRS) novas e revisadas:

a) A aplicação das normas IFRS novas e revisadas não tiveram efeito material sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A seguir estão as novas e revisadas IFRSs que foram adotadas nessas demonstrações financeiras consolidadas. As aplicações dessas normas não tiveram impacto relevante nos montantes divulgados do corrente exercício e exercícios anteriores, porém deverão afetar as contabilizações de transações e operações futuras.

IFRSs	Descrição
IAS 24	Divulgações de partes relacionadas
Modificações às IAS 32	Classificação dos direitos de emissão
Modificações às IFRS 3	Combinação de negócios
Modificações às IFRIC 14	Antecipações de um requisito de financiamento mínimo
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros por meio de instrumentos patrimoniais
Melhorias nas IFRS, emitido em 2010	A aplicação das normas revisadas de IFRS emitidas em 2010 não tem tido algum efeito relevante em contas divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Normas e Iinterpretações novas e revisadas já emitidas mas ainda não efetivas:

O Grupo não adotou as Normas e Iinterpretações novas e revisadas a seguir, que já foram emitidas mas ainda não entraram em vigor:

IFRSs	Descrição
Modificações à IFRS 1	Hiperinflação e data limite para primeira adoção das normas internacionais de relatório financeiro[1].
Modificações à IFRS 7	Divulgações – Transferência de ativos financeiros[1]
IFRS 9	Instrumentos financeiros[6]
IFRS 10	Demonstrações financeiras consolidadas[4]
IFRS 11	Empreendimentos conjuntos[4]
IFRS 12	Divulgação de participações em outras entidades[4]
IFRS 13	Mensuração do valor justo[4]
Modificações à IAS 1	Apresentação de itens de outros resultados abrangentes[3]
Modificações à IAS 12	Impostos diferidos – Recuperação de ativos[2]
Modificações à IAS 32	Instrumentos financeiros – Apresentação[5]
IAS 19 (revisadas em 2011)	Benefícios a empregados[4]
IAS 27 (revisadas em 2011)	Demonstrações financeiras individuais[4]
IAS 28 (revisadas em 2011)	Investimentos em subsidiárias e joint ventures[4]
IFRIC 20	Custos de separação na fase de produção de uma mina de superfície [4]

[1] Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Julho 2011.
[2] Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2012.
[3] Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Julho de 2012.
[4] Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2013.
[5] Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2014.
[6] Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de Janeiro de 2015.

As Normas e Interpretações listadas acima foram publicados e são obrigatórios a partir de 1º de Julho de 2011 ou após essa data. O grupo está avaliando os possíveis efeitos da adoção desses IFRSs.

3. INFORMAÇÕES DOS SEGMENTOS

Segmentos reportáveis

Quanto aos objetivos da Administração, atualmente o Grupo é organizado em seis segmentos reportáveis: rebocagem, terminais portuários, agenciamento marítimo, offshore, logística e estaleiro. Estas divisões são reportadas ao dirigente formador de opinião operacional do Grupo com o propósito de alocação de recursos e avaliação da performance de cada segmento.

Os custos financeiros relativos aos passivos foram alocados nos segmentos divulgados com base nos empréstimos captados para financiar a aquisição ou a construção de ativos fixos nesse segmento.

A receita financeira decorrente de saldos bancários mantidos pelos segmentos operacionais brasileiros, incluindo diferenças de câmbio de tais saldos, não foram alocados por segmento, já que a gestão do caixa é centralizada no corporativo. Despesa administrativas são apresentados como atividades não-segmentadas.

As informações de segmento quanto a esses negócios estão apresentadas a seguir:

	2011								
	Serviços de rebocagem US$	Terminais portuários US$	Agenciamento marítimo US$	Offshore US$	Logística US$	Estaleiro US$	Atividades não segmentadas US$	Eliminação US$	Consolidado US$
Receita	167.387	271.788	20.260	41.407	140.501	165.656	-	(108.955)	698.044
Resultado operacional	43.606	72.218	2.486	2.647	13.789	35.239	(46.095)	(20.109)	103.781
Despesas financeiras	(4.864)	(7.173)	(7)	(4.095)	(4.485)	-	(312)	-	(20.936)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	38.742	65.045	2.479	(1.448)	9.304	35.239	(46.407)	(20.109)	82.845
Receitas financeiras									6.068
Resultado antes dos impostos									88.913
Outras informações									
Despesas de capital	(87.556)	(92.536)	(616)	(53.701)	(16.955)	(29.465)	(5.121)	23.016	(262.934)
Depreciação e amortização	(17.794)	(19.065)	(211)	(8.623)	(10.674)	(3.053)	(2.965)	2.907	(59.478)
Balanço patrimonial:									
Ativo por segmento	357.745	303.626	2.256	191.832	103.162	62.663	144.724	(36.193)	1.129.815
Passivo por segmento	(174.647)	(142.014)	(6.626)	(186.988)	(49.330)	(76.961)	(15.754)	-	(652.320)

	2010								
	Serviços de rebocagem US$	Terminais portuários US$	Agenciamento marítimo US$	Offshore US$	Logística US$	Estaleiro US$	Atividades não segmentadas US$	Eliminação US$	Consolidado US$
Receita	156.179	228.001	17.620	28.034	102.448	115.913	-	(72.644)	575.551
Resultado operacional	39.967	62.746	640	6.504	6.041	16.761	(43.366)	(10.807)	78.486
Despesas financeiras	(3.997)	(1.730)	(9)	(3.125)	(2.885)	(71)	-	3	(11.814)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	35.970	61.016	631	3.379	3.156	16.690	(43.366)	(10.804)	66.672
Receitas financeiras									13.940
Ganho de Capital Join Venture									20.407
Resultado antes dos impostos									101.019
Outras informações									
Despesas de capital	(40.328)	(52.657)	(727)	(48.161)	(28.714)	(7.215)	(2.063)	13.126	(166.739)
Depreciação e amortização	(13.479)	(13.536)	(173)	(6.614)	(7.090)	(2.456)	(1.895)	2.322	(42.921)
Balanço patrimonial:									
Ativo por segmento	227.928	295.008	7.405	166.323	79.496	68.430	115.413	(21.234)	938.769
Passivo por segmento	(113.419)	(118.798)	(6.686)	(133.041)	(61.947)	(33.428)	(6.408)	-	(473.727)

	2011								
	Serviços de rebocagem R$	Terminais portuários R$	Agenciamento marítimo R$	Offshore R$	Logística R$	Estaleiro R$	Atividades não segmentadas R$	Eliminação R$	Consolidado R$
Receita	313.985	509.820	38.004	77.671	263.552	310.737	-	(204.378)	1.309.391
Resultado operacional	81.796	135.467	4.663	4.965	25.865	66.101	(86.465)	(37.720)	194.672
Despesas financeiras	(9.125)	(13.454)	(13)	(7.681)	(8.414)	-	(585)	-	(39.272)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	72.671	122.013	4.650	(2.716)	17.451	66.101	(87.050)	(37.720)	155.400
Receitas financeiras									11.382
Resultado antes dos impostos									166.782
Outras informações									
Despesas de capital	(164.238)	(173.581)	(1.155)	(100.732)	(31.804)	(55.270)	(9.606)	43.173	(493.213)
Depreciação e amortização	(33.378)	(35.762)	(396)	(16.175)	(20.022)	(5.727)	(5.562)	5.453	(111.569)
Balanço patrimonial									
Ativo por segmento	671.058	569.542	4.232	359.838	193.511	117.543	271.473	(67.891)	2.119.306
Passivo por segmento	(327.603)	(266.390)	(12.429)	(350.752)	(92.533)	(144.363)	(29.551)	-	(1.223.621)

	2010								
	Serviços de rebocagem R$	Terminais portuários R$	Agenciamento marítimo R$	Offshore R$	Logística R$	Estaleiro R$	Atividades não segmentadas R$	Eliminação R$	Consolidado R$
Receita	260.225	379.895	29.358	46.710	170.699	193.134	-	(121.039)	958.982
Resultado operacional	66.592	104.546	1.066	10.837	10.066	27.927	(72.254)	(18.007)	130.773
Despesas financeiras	(6.659)	(2.883)	(15)	(5.207)	(4.807)	(118)	-	5	(19.684)
Resultado operacional ajustado pelas despesas financeiras	59.933	101.663	1.051	5.630	5.259	27.809	(72.254)	(18.002)	111.089
Receitas financeiras									23.227
Ganho de capital na Joint Venture									34.002
Resultado antes dos impostos									168.318
Outras informações									
Despesas de capital	(67.196)	(87.737)	(1.211)	(80.246)	(47.843)	(12.022)	(3.437)	21.871	(277.821)
Depreciação e amortização	(22.460)	(22.554)	(288)	(11.020)	(11.813)	(4.092)	(3.157)	3.869	(71.515)
Balanço patrimonial:									
Ativo por segmento	379.775	491.542	12.338	277.127	132.456	114.018	192.301	(35.380)	1.564.177
Passivo por segmento	(188.978)	(197.941)	(11.140)	(221.673)	(103.216)	(55.698)	(10.677)	-	(789.323)

Informação Geográfica

As operações do Grupo estão, principalmente, localizadas no Brasil. A receita do Grupo gera caixa, equivalentes de caixa e investimentosinvestidos em Bermuda e no Brasil, e incorre em receita e despesas de suas atividades neste último país.

Informação sobre os principais clientes

Petrobrás e suas subsidiárias contribuíram com 10% ou mais na receita do Grupo, tanto em 2011 quanto para 2010.

4. RECEITAS

O quadro seguinte apresenta análise da receita do Grupo de suas operações continuadas (excluindo receitas financeiras – vide Nota 7):

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Prestação de serviços	642.680	536.258	1.205.539	893.511
Construção de embarcações	55.364	39.293	103.852	65.471
Total	698.044	575.551	1.309.391	958.982

5. DESPESAS COM PESSOAL E BENEFÍCIOS

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Salários e benefícios	195.792	146.301	367.266	243.766
Encargos sociais	48.514	38.376	91.003	63.942
Custos com previdência privada	1.198	855	2.247	1.425
Plano de incentivo de longo prazo (Nota 20)	(8.879)	13.204	(16.655)	22.001
Total	236.625	198.736	443.861	331.134

O Grupo possui planos de previdência privada (contribuição definida) para aposentadoria de todos os funcionários elegíveis de seus negócios no Brasil. As contribuições do Grupo são especificadas de acordo com as regras do plano. Os ativos do plano de aposentadoria são mantidos em separado dos outros ativos do Grupo, sob o controle de administradores independentes. A única obrigação do grupo com respeito ao plano de aposentadoria é fazer as devidas contribuições.

6. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Custo de serviço	71.971	64.365	135.003	107.245
Aluguéis de equipamentos e outros aluguéis	38.164	24.448	71.588	40.735
Aluguel de rebocadores	25.312	26.243	47.481	43.726
Energia, água e comunicação	16.653	14.773	31.237	24.616
Fretes	16.062	19.954	30.130	33.247
Movimentação de contêiner	14.623	12.307	27.429	20.506
Outras taxas	12.328	9.453	23.124	15.751
Seguros	7.094	7.328	13.307	12.210
Manutenção	3.852	4.189	7.226	6.979
Outras despesas	11.171	5.216	20.956	8.690
Total	217.230	188.276	407.481	313.705

7. RESULTADO FINANCEIRO

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Juros de aplicações	11.431	8.467	21.441	14.107
Ganhos e Perdas de câmbio em aplicações	(7.383)	3.794	(13.849)	6.322
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	1.463	1.217	2.745	2.029
Outras receitas financeiras	557	462	1.045	769
Total das receitas financeiras	6.068	13.940	11.382	23.227
Juros de empréstimos e financiamentos	(13.229)	(9.557)	(24.816)	(15.924)
Variação cambial sobre os empréstimos	(5.303)	227	(9.947)	378
Juros de arrendamento mercantil financeiro	(1.433)	(1.848)	(2.688)	(3.079)
Total de despesas financeiras sobre empréstimos	(19.965)	(11.178)	(37.451)	(18.625)
Outros juros	(971)	(636)	(1.821)	(1.059)
Total de despesas financeiras	(20.936)	(11.814)	(39.272)	(19.684)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Corrente				
Imposto de renda	30.370	22.709	56.967	37.838
Contribuição social	10.921	8.480	20.486	14.130
Total de impostos correntes no Brasil	41.291	31.189	77.453	51.968
Impostos diferidos				
Total imposto diferido	10.274	(675)	19.273	(1.125)
Total com gasto de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	51.565	30.514	96.726	50.843

O imposto de renda das empresas brasileiras é calculado como 25% do lucro tributável apurado no exercício. A contribuição social é calculada como 9% do lucro tributável apurado no exercício.

A movimentação do exercício pode ser reconciliada com o lucro na demonstração do resultado do exercício, como segue:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Resultado antes dos impostos	88.913	101.019	166.782	168.318
Imposto conforme a alíquota nominal (34%)	30.230	34.347	56.705	57.228
Efeito das diferenças cambiais resultantes dos itens não monetários	30.682	(13.295)	57.554	(22.152)
Reversão da variação cambial nos empréstimos e financiamentos em dólar norte-americano	(9.988)	3.941	(18.735)	6.566
Efeito das diferentes alíquotas de imposto em outras jurisdições	(2.403)	5.409	(4.506)	9.012
Efeito dos prejuízos fiscais não reconhecidos como ativo diferido	7.825	2.031	14.678	3.385
Outros	(4.781)	(1.919)	(8.970)	(3.196)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	51.565	30.514	96.726	50.843
Alíquota efetiva no exercício	58%	30%	58%	30%

A alíquota utilizada para o imposto sobre lucro em atividades ordinárias é composto do imposto de renda e contribuição social com a alíquota padrão de 34% no Brasil. Este percentual de tributação foi utilizado para as reconciliações de 2011 e 2010.

9. ÁGIO

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Custo e valor contábil atribuídos ao:				
Tecon Rio Grande	13.132	13.132	24.633	21.881
Tecon Salvador	2.480	2.480	4.652	4.132
Total	15.612	15.612	29.285	26.013

Com o objetivo de testar o ágio e a necessidade de constituição de provisão para perda de recuperabilidade do ativo, o Grupo prepara, ao final de cada ano, projeções de fluxo de caixa para as unidades geradoras de caixa relevantes (Tecon Rio Grande e para o Tecon Salvador) oriundos do orçamento financeiro recente para o próximo exercício e extrapola fluxos de caixa para a vida remanescente da concessão com base no crescimento anual estimado de 8% a 9% para o Tecon Rio Grande e 7% a 8% para o Tecon Salvador e uma taxa de desconto de 12% (2010:13%) para o Tecon Rio Grande e 12% (2010:13%) para o Tecon Salvador. Essa taxa não ultrapassa a taxa média de crescimento histórico de longo prazo nesse mercado de atuação. Após testar o ágio como mencionado acima, não houve evidências de perdas de recuperabilidade do ativo para os períodos apresentados.

10. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Custo:	US$	R$
Em 1º de Janeiro de 2010	4.062	7.073
Adições	14.546	24.236
Diferenças de câmbio	606	1.009
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(304)
Em 31 de dezembro de 2010	19.214	32.014
Adições	6.807	12.769
Transferência de ativo imobilizado (software)	15.149	28.416
Diferenças de câmbio	(2.063)	(3.871)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	4.029
Em 31 de dezembro de 2011	39.107	73.357
Amortização Acumulado		
Em 1º de Janeiro de 2010	1.823	3.174
Despesa do ano	488	813
Diferenças de câmbio	62	103
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(136)
Em 31 de dezembro de 2010	2.373	3.954
Despesa do ano	2.700	5.066
Transferência de ativo imobilizado (software)	5.789	10.859
Diferenças de câmbio	(301)	(564)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	495
Em 31 Dezembro de 2011	10.561	19.810
Saldo contábil:		
31 de Dezembro de 2011	28.546	53.547
31 de Dezembro de 2011	16.841	28.060

Em 2011, as adições são principalmente custos relacionados com a implementação de software de gestão integrada (SAP). Transferências são referentes às despesas no SAP e outros softwares em anos anteriores.

O Tecon Salvador assinou, em 2 de Setembro de 2010, um termo aditivo ao contrato de arrendamento celebrado com a Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA). O referido termo aditivo, contempla a ampliação da área denominada Ponta Norte, no Porto de Salvador, contígua ao Tecon Salvador. Foi pago à CODEBA uma parcela inicial de R$25,0 milhões (equivalentes a US$ 14,5 milhões) a título de *downpayment* e mensalmente, um preço calculado sobre a nova área arrendada e um preço por movimentação de containers e carga geral, os quais são consistentes com o contrato de arrendamento original.

Os ativos intangíveis referem-se à:

(i) A aquisição da concessão do terminal de contêineres e carga pesada em 2000 e da alteração do contrato de arrendamento do Tecon Salvador contemplando a extensão na área denominada "Ponta do Norte" em 2010 (US$ 13,5 (R$ 25,3 milhões) (2010: US$ 16,3 milhões (R$ 27,2 milhões));

(ii) A aquisição dos 50% remanescentes dos direitos de concessão de EADI Santo André (armazém alfandegado), (US$ 0,4 (R$ 0,7 milhões) (2010: US$ 0,5 (R $ 0,8 milhões)), e

(iii) Aquisição e implementação de software (US$ 14,6 milhões (R$ 27,5 milhões).

Os ativos intangíveis são amortizados nos períodos remanescentes das concessões no momento da aquisição, que no caso do Tecon Salvador é de 25 anos, para EADI Santo André é de 10 anos e para a Ponta Norte é de 15 anos. Software é amortizado em 5 anos, a partir de sua implementação.

11. ATIVO IMOBILIZADO

	Terrenos e construções	Embarcações	Veículos. máquinas e equipamentos	Imobilizado em construção	Total
	US$	US$	US$	US$	US$
Custo					
Em 1º de janeiro de 2010	112.444	284.118	142.286	62.377	601.225
Adições	30.959	6.908	64.175	64.697	166.739
Transferências	-	98.429	-	(98.429)	-
Diferenças de câmbio	2.112	-	4.701	-	6.813
Alienações	(485)	(574)	(3.151)	-	(4.210)
Acervo líquido transferido na transação de *joint venture*	(13)	(8.606)	(1.097)	(4.586)	(14.302)
Em 31 de dezembro de 2010	145.017	380.275	206.914	24.059	756.265
Adições	79.960	30.065	67.219	78.883	256.127
Transferências	-	73.258	-	(73.258)	-
Transferências para outros ativos intangíveis (software)	-	-	(15.149)	-	(15.149)
Diferenças de câmbio	(10.281)	-	(14.849)	-	(25.130)
Alienações	(594)	(1.394)	(10.333)	-	(12.321)
Em 31 de dezembro de 2011	214.102	482.204	233.802	29.684	959.792

	Terrenos e construções	Embarcações	Veículos. máquinas e equipamentos	Imobilizado em construção	Total
	US$	US$	US$	US$	US$
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2010	22.182	88.128	52.037	-	162.347
Despesa do ano	5.695	19.806	16.932	-	42.433
Diferenças de câmbio	432	-	1.780	-	2.212
Alienações	(397)	(122)	(3.124)	-	(3.643)
Acervo líquido transferido na transação de *joint venture*	(4)	(7.639)	(273)	-	(7.916)
Em 31 de dezembro de 2010	27.908	100.173	67.352	-	195.433
Despesa do ano	8.740	25.979	22.059	-	56.778
Transferências para outros ativos intangíveis (software)	-	-	(5.789)	-	(5.789)
Diferenças de câmbio	(1.283)	-	(4.294)	-	(5.577)
Alienações	(373)	(761)	(5.778)	-	(6.912)
Em 31 de dezembro de 2011	34.992	125.391	73.550	-	233.933
31 de dezembro de 2011	179.110	356.813	160.252	29.684	725.859
31 de dezembro de 2010	117.109	280.102	139.562	24.059	560.832

	Terrenos e construções	Embarcações	Veiculos. máquinas e equipamentos	Imobilizado em construção	Total
	R$	R$	R$	R$	R$
Custo					
Em 1º de janeiro de 2010	195.787	494.706	247.748	108.612	1.046.853
Adições	51.584	11.510	106.928	107.799	277.821
Transferências	-	164.003	-	(164.003)	-
Diferenças de câmbio	3.520	-	7.833	-	11.353
Alienações	(808)	(956)	(5.251)	-	(7.015)
Acervo líquido transferido na transação de joint venture	(22)	(14.340)	(1.829)	(7.641)	(23.832)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	(8.434)	(21.308)	(10.669)	(4.681)	(45.092)
31 de dezembro de 2010	241.627	633.615	344.760	40.086	1.260.088
Adições	149.990	56.396	126.089	147.969	480.444
Transferências	-	137.417	-	(137.417)	-
Transferências para outros ativos intangíveis (software)	-	-	(28.416)	-	(28.416)
Diferenças de câmbio	(19.284)	-	(27.854)	-	(47.138)
Alienações	(1.115)	(2.615)	(19.382)	-	(23.112)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	30.396	79.705	43.370	5.040	158.511
31 de dezembro de 2011	401.614	904.518	438.567	55.678	1.800.377
Depreciação acumulada					
Em 1º de janeiro de 2010	38.623	153.449	90.607	-	282.679
Despesa do ano	9.488	33.002	28.212	-	70.702
Diferenças de câmbio	720	-	2.967	-	3.687
Alienações	(661)	(203)	(5.206)	-	(6.070)
Acervo líquido transferido na transação de *joint venture*	(6)	(12.728)	(455)	-	(13.189)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	(1.664)	(6.612)	(3.903)	-	(12.179)
31 de dezembro de 2010	46.500	166.908	112.222	-	325.630
Despesa do ano	16.394	48.733	41.378		106.505
Transferências para outros ativos intangíveis (software)	-	-	(10.859)	-	(10.859)
Diferenças de câmbio	(2.406)	-	(8.055)	-	(10.461)
Alienações	(699)	(1.427)	(10.839)	-	(12.965)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	5.849	20.994	14.118	-	40.961

	Terrenos e construções	Embarcações	Veiculos. máquinas e equipamentos	Imobilizado em construção	Total
	R$	R$	R$	R$	R$
31 de dezembro de 2011	65.638	235.208	137.965	-	438.811
31 de dezembro de 2011	335.976	669.310	300.602	55.678	1.361.566
31 de dezembro de 2010	195.127	466.707	232.538	40.086	934.458

O valor de custo do grupo de veículos, máquinas e equipamentos inclui US$21,0 milhões (R$39,4 milhões) (2010: US$24,9 milhões (R$41,5 milhões)) adquiridos sob a forma de arrendamento mercantil financeiro.

Terrenos e construções com valor contábil líquido de US$0,3 milhões (R$0,5 milhões) (2010: US$0,4 milhões (R$0,6 milhões)) e rebocadores com valor contábil líquido de US$2,4 milhões (R$4,5 milhões) (2010: R$2,6 milhões (R$4,3 milhões)) foram dados como garantia em vários processos judiciais (causas tributárias).

O Grupo tem ativos dados em garantia no valor contábil de aproximadamente US$439,4 milhões (R$824,2 milhões) (2010: US$317,1 milhões (R$528,4 milhões)) como garantia de empréstimos recebidos (Nota 15).

O montante de juros capitalizados em 2011 é US$4,9 milhões (R$9,2 milhões) (2010: US$1,9 milhões) (R$3,2 milhões)), carregando taxa média de 3,37% (2010: 3,83%).

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo assinou compromissos contratuais para a aquisição e construção relacionados a ativos imobilizados no valor de US$26,5 milhões (R$49,7 milhões) (2010: US$116,4 milhões (R$194,0 milhões)), O montante refere-se, principalmente, às expansões do Tecon Salvador e Tecon Rio Grande e à construção do Estaleiro Guarujá II.

Com o início da Joint Venture com a Magallanes Navegação Brasileira em 2010, o imobilizado diminuiu em US$16,8 milhões (R$31,5 milhões), proporcional ao acervo liquido do imobilizado transferido ao sócio na transação da joint venture.

Em 5 de Agosto de 2011, o Grupo adquiriu quatro rebocadores da Navemar Transportes e Comércio Marítimo Ltda. totalizando US$10,9 milhões (R$20,0 milhões na data da transação) em caixa, mais assunção de dívida de US$9,0 milhões (equivalente a R$16,7 milhões na data da transação), com o BNDES, como agente do Fundo da Marinha Mercante.

12. ESTOQUES

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Materiais operacionais	11.543	11.024	21.652	18.368
Materiais de contratos de construção (clientes externos)	9.599	9.123	18.005	15.201
Total	21.142	20.147	39.657	33.569

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o ano em relação a operações contínuas foi de US$ 65,8 milhões (R$ 123,5 milhões) (2010: US$41,1 milhões (R$68,5 milhões)).

Os estoques têm a expectativa de serem recuperados em menos de um ano.

13. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Valor a receber da prestação de serviços	73.529	65.240	137.926	108.703
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(927)	(1.320)	(1.739)	(2.200)
Imposto de renda e contribuição social antecipados (IR e CSLL)	11.485	8.203	21.544	13.667
Impostos a recuperar e licenças	42.286	42.104	79.320	70.154
Adiantamento	22.462	9.365	42.133	15.604
Outro	14.922	11.369	27.991	18.943
Total	163.757	134.961	307.175	224.871
Total circulante	135.517	128.561	254.203	214.206
Total não circulante	28.240	6.400	52.972	10.665

Contas a receber divulgadas acima são classificadas como ativos financeiros avaliados a custo amortizado.

Contas a receber de longo prazo referem-se a: impostos a recuperar com maturidade superior a 365 dias, que referem-se, principalmente, à PIS, COFINS, ISS e INSS e os valores a receber da Intermarítima (Nota 22). Não há nenhuma evidência de perda na recuperabilidade para estes recebíveis.

O Grupo tem por rotina, revisar os impostos e contribuições que afetam os seus negócios, objetivando assegurar que os pagamentos sejam devidamente realizados e que não haja valores recolhidos desnecessariamente. A administração está desenvolvendo um plano para usar seus créditos fiscais, respeitando o prazo legal para utilização de créditos fiscais de anos anteriores e, se a impossibilidade de recuperação por compensação é evidenciada, é solicitado o reembolso desses valores da Receita Federal do Brasil.

O saldo de contas a receber de serviços segregados por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
A vencer	55.591	52.518	104.278	87.506
Vencidas, mas não incobráveis:				
De 01 a 30 dias	15.289	7.351	28.679	12.248
De 31 a 90 dias	1.085	3.442	2.035	5.735
De 91 a 180 dias	637	609	1.195	1.014
Incobráveis:				
Acima de 180 dias	927	1.320	1.739	2.200
Total	73.529	65.240	137.926	108.703

Geralmente, para os créditos vencidos são cobrados, em média, juros de 1% ao mês e multa de 2% são cobrados para saldos vencidos. O Grupo reconheceu uma provisão para créditos de liquidação duvidosas de 100% contra os recebíveis acima de 180 dias porque baseado em experiência anteriores, estes recebíveis inadimplentes além de 180 dias não são reembolsáveis. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi reconhecida reduzindo o montante a receber da prestação de serviços e é estabelecida quando uma perda com base em previsões de montantes incobráveis, determinada por referência a experiência do passado inadimplente da contraparte e uma análise da atual situação financeira da contraparte.

A movimentação da provisão para devedores duvidosos está demonstrada a seguir:

	US$	R$
Em 1º de janeiro de 2010	1.637	2.850
Valores baixados no ano	(2.288)	(3.812)
Aumento da provisão	1.910	3.182
Diferenças de câmbio	61	103
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(123)
Em 31 de dezembro de 2010	1.320	2.200
Valores baixados no ano	(2.570)	(4.820)
Aumento da provisão	2.316	4.344
Diferenças de câmbio	(139)	(261)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	276
Em 31 de dezembro de 2011	927	1.739

A Administração acredita que não é necessária provisão adicional para devedores duvidosos.

14. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS

Segue abaixo a abertura do caixa e equivalente de caixa e investimentos:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Denominados em dólares norte - americanos:				
Caixa e equivalentes de caixa	572	32.403	1.073	53.990
Investimentos de curto prazo	24.500	36.729	45.957	61.198
Investimentos de longo prazo	1.072	-	2.012	-
Total	26.144	69.132	49.042	115.188
Denominados em Reais:				
Caixa e equivalentes de caixa	111.816	85.769	209.744	142.908
Total	111.816	85.769	209.744	142.908
Total caixa e equivalentes de caixa	112.388	118.172	210.817	196.898
Total investimentos de curto prazo	24.500	36.729	45.957	61.198
Total investimentos de longo prazo	1.072	-	2.012	-

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa, contas bancárias e investimentos (Fundo de investimento exclusivo), que são de grande liquidez e prontamente conversíveis em montantes conhecidos de dinheiro e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa denominados em dólares americanos representam, principalmente, investimentos em certificados de depósitos bancários de grandes instituições financeiras. Caixa e equivalentes de caixa denominados em real representam, principalmente, investimentos em certificados de depósitos bancários e letras do Tesouro brasileiro com acordos de recompra com a instituição financeira, que a taxa de juros é aproximada de 100% do CDI (Certificado de Depósitos Interbancários).

Investimentos

Investimentos de curto prazo compreendem investimentos com maturidade superiores a 90 dias, mas inferiores a 365 dias.

Investimentos de longo prazo compreendem caixa restrito relacionado ao contrato de emprestimo com o Banco do Brasil realizadas pela Joint Venture do Grupo. Este investimento será mantido até a liquidação de financiamento, com remuneração mínima de poupança ou por instrumentos de risco similar, e operado exclusivamente pela instituição financeira.

Fundos de investimento exclusivos

O Grupo possui investimentos no Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hydrus. Os investimentos são consolidados nas demonstrações financeiras. Esse fundo de investimentos exclusivos compreende certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, com vencimentos entre Janeiro de 2012 até Maio de 2014 e títulos públicos com vencimentos entre Março de 2013 até Março de 2018. Aproximadamente 94,7% dos títulos incluídos na carteira do fundo de investimento exclusivo têm liquidez diária e são avaliados a valor justo com rendimentos refletidos no resultado. Esses fundos não possuem obrigações financeiras significativas, sendo estas limitadas às taxas de serviço pagas à instituição responsável pela administração dos ativos, custos de auditoria e outras despesas similares.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa de Juros - %	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Empréstimos sem garantias					
Financiamento bancário – Real	12.4% a.a.	132	6.479	248	10.795
Total empréstimos sem garantia		132	6.479	248	10.795
Empréstimos com garantias					
BNDES FINAME Real	4,5% - 13% a.a.	30.591	26.789	57.383	44.636
BNDES FMM atrelado ao dólar norte-americano	2,11% - 6% a.a.	300.460	198.192	563.601	330.228
BNDES - FMM Real	9,71%	4.540	-	8.516	-
BNDES atrelado ao dólar norte-americano	5,07% - 5,36% a.a.	15.447	-	28.975	-
Total BNDES		351.038	224.981	658.475	374.864
IFC atrelado ao dólar norte-americano	3,37% - 8,5% a.a.	57.208	9.813	107.311	16.350
IFC atrelado ao Real	14,09% a.a.	3.618	4.888	6.787	8.145
Total IFC		60.826	14.701	114.098	24.495
Eximbank atrelado ao dólar norte-americano	2,12% a.a.	15.769	14.818	29.579	24.690
Finimp atrelado ao dólar norte-americano	2,07% - 2,13% a.a.	3.152	4.051	5.913	6.749
BB - FMM atrelado ao dólar norte-americano	3,1% a.a.	52.649	49.131	98.759	81.862
Carterpillar - Real	4,41% - 7,44% a.a.	487	-	914	-
Total outros		72.057	68.000	135.165	113.301
Total empréstimos com garantias		483.921	307.682	907.738	512.660
Total		484.053	314.161	907.986	523.455

Os empréstimos e financiamentos devem ser quitados como se segue:

	2011 US$	2011 R$
No primeiro ano	32.672	61.286
No segundo ano	41.197	77.277
Do terceiro ao quinto ano (inclusive)	127.351	238.885
Após cinco anos	282.833	530.538
Total	484.053	907.986
Total de curto prazo	32.672	61.286
Total a longo prazo	451.381	846.700

Análise dos empréstimos por moeda:

	Real US$	Real atrelado ao dólar norte americano US$	Dólar norte-americano US$	Total US$	Real R$	Real atrelado ao dólar norte-americano R$	Dólar norte-americano R$	Total R$
31 de Dezembro de 2011								
Empréstimos de contas correntes garantidas	132	-	-	132	248	-	-	248
Empréstimos bancários	39.236	368.556	76.129	483.921	73.600	691.335	142.803	907.738
Total	39.368	368.556	76.129	484.053	73.848	691.335	142.803	907.986
31 de Dezembro de 2010								
Empréstimos de contas correntes garantidas	6.479	-	-	6.479	10.795	-	-	10.795
Empréstimos bancários	31.677	247.323	28.682	307.682	52.781	412.090	47.789	512.660
Total	38.156	247.323	28.682	314.161	63.576	412.090	47.789	523.455

Os principais financiadores do grupo são:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") como agente do Fundo da Marinha Mercante ("FMM"), financia a construção de novos rebocadores, *platform supply vessels* ("PSV's") e a construção do estaleiro. O valor do financiamento em aberto em 31 de Dezembro de 2011 é de US$305,0 milhões (R$572,1 milhões) (2010: US$198,2 milhões (R$330,2 milhões)). A linha de crédito do BNDES, o FINAME, financia, principalmente, os equipamentos para as operações logísticas e a aquisição de equipamentos para operação portuária US$30,6 milhões (R$57,4 milhões) (2010: US$26,8 milhões (R$44,6 milhões)). O BNDES também financia melhorias nos ativos fixos do Tecon Rio Grande, totalizando US$15,4 milhões (R$29,0 milhões). Os valores em aberto em 31 de dezembro de 2011 devem ser quitados em períodos que variam até 20 anos. Os financiamentos denominados em dólar norte-americano carregam taxas de juros fixas entre 2,11% e 6% a.a., enquanto para os financiamentos em Reais, as taxas fixas variam entre 4,5% a.a. e 13% a.a.

Em 5 de Agosto de 2011, o Grupo adquiriu quatro rebocadores, da Navemar Transportes e Comércio Marítimo Ltda, totalizando US$10,9 milhões (R$20,0 milhões na data da transação) em caixa, mais assunção de dívida de US$9,0 milhões (equivalente a R$16,7 milhões na data da transação), com o BNDES, como agente do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Banco do Brasil ("BB"), como agente do Fundo da Marinha Mercante ("FMM"), financia a construção de *platform supply vessels*. O valor do financiamento em aberto é de US$52,6 milhões (R$98,7 milhões) (2010: US$49,1 milhões (R$81,9 milhões)). Este passivo foi gerado da "Joint Venture" Wilson, Sons Offshore com Remolcadores Ultratug. O prazo da liquidação do contrato é de 17 anos, começando em Janeiro de 2012. Estes financiamentos são em Dólar norte-americano e carregam taxas de juros fixas de 3,1% a.a.

O *International Finance Corporation* ("IFC"), financia dois terminais portuários: Tecon Rio Grande e Tecon Salvador. O Grupo possui três contratos com o IFC, um para Tecon Rio Grande e dois para o Tecon Salvador. Os valores em aberto em 31 de Dezembro de 2011 são de US$60,8 milhões (R$114,1 milhões) (2010: US$14,7 milhões (R$24,5 milhões) e deverão ser quitados em períodos de até 8,2 anos. A amortização e pagamento de juros são semestrais, o financiamento do Tecon Rio Grande é denominado em dólar norte-americano e taxa de juros fixa em 8,5% a.a. e para o Tecon Salvador são denominados em Dólar norte-americano e parte em Reais. No primeiro caso, a taxa de juros é flutuante indexada à Libor (semestral) mais *spread* de 2,75% a.a., enquanto que para a dívida em Reais, carrega a taxa de juros é fixa em 14,09% a.a.

Em 9 de Setembro de 2011, o Tecon Salvador assinou um contrato de financiamento de US$ 80 milhões com a IFC, dos quais US$ 54 milhões foram recebido em caixa antes do fim deste exercício. Este financiamento inclui 18 meses e 8,2 anos de pagamento, denominado em dólares norte-americano com uma taxa de juros flutuante de Libor (semestral) mais *spread* de 2,75% a.a. e é contratada para: (i) a renovação de 2 ancoradouros que juntos chegam a uma área total de 617 metros de comprimento; (ii) a instalação de 3 guindastes do tipo *Post-Panamax Ship-to-Shore* e 6 guindastes Rubber Tyred Gantries; (iii) a remodelação da construção existente e expansão do pátio de conteiners de 5,9 hectares para 9,5 hectares; (iv) o desenvolvimento do suporte de infraestrutura elétrica; (v) o pagamento da taxa de concessão dos direitos de expansão e (vi) o pré pagamento do acordo com "Subscrição e Acordo de Financiamento de 2007" do saldo em aberto do principal do empréstimo B de US$3,9 milhões. As obras civis deverão ser concluídas em Junho de 2012 e os equipamentos estam previstos para serem instalados em março de 2012.

O Export-Import Bank of China ("Eximbank") financia a aquisição dos equipamentos do Tecon Rio Grande. O saldo a pagar em 31 de Dezembro de 2011 é US$15,8 milhões (R$29,6 milhões) (2010: US$ 14,8 milhões (R$ 24,7 milhões)) e será quitado em até 7 anos. A amortização e o pagamento de juros são semestrais. O financiamento é denominado em dólar norte-americano e a taxa de juros é flutuante indexada à Libor (semestral). O *spread* é de 1,7% ao ano e há o pagamento de uma comissão pela garantia do banco Itaú BBA prestada a este banco de 2% ao ano.

O Banco Itaú BBA S.A. através de um mecanismo de financiamento para importação, financia a aquisição de equipamentos para o Tecon Rio Grande. O montante de US$ 3,2 milhões (R$ 5,9 milhões) (2010: US$4,0 milhões (R$ 6,8 milhões)) será amortizado em até 3,1 anos. A amortização e pagamento de juros são semestrais. O financiamento é denominado em Dólar norte-americano com uma taxa de juros variável de Libor (6 meses) mais *spread* de 1,63% a.a.. A comissão cobrada pelo banco Itaú BBA SA é de 1,75% ao ano.

Garantias

Os empréstimos com o BNDES são segurados pela Wilson Sons Administração e Comércio Ltda. São dados como garantia corporativa: (i) os rebocadores e PSV's financiados, e para os três dos sete PSV's da Companhia, há também uma garantia que envolve recebíveis do cliente Petrobras; e (ii) alienação fiduciária dos equipamentos financiados da logística e operação portuária. Os financiamentos do BB são garantidos pelos próprios PSV's por carta de crédito *standby* e por cessão fiduciária de contratos de longo prazo com a Petrobrás.

A subsidiária Magallanes Navegação Brasileira S.A., conforme acordo de financiamento com o Banco do Brasil, constituiu uma conta de caixa restrita, contabilizada como Investimentos de longo prazo, no montante de US$1,1 milhões (R$ 2,0 milhões). Esta reserva será mantida até que a liquidação de financiamento, com compensação de taxa de câmbio e operada exclusivamente pela instituição financeira.

Os financiamentos do IFC são segurados pelas ações do Grupo no Tecon Salvador e Tecon Rio Grande, pelos fluxos de caixas projetados, e, no caso do Tecon Rio Grande, pelos equipamentos e construções.

O empréstimo com o Eximbank é garantido por uma "Standby Letter of Credit" emitido para o Tecon Rio Grande, com o banco financiador como beneficiário. Como contra-garantia, o Tecon Rio Grande obteve uma autorização formal do administrador IFC para alienar o equipamento financiado pelo Eximbank para o Banco Itaú BBA.

Empréstimos pré-aprovados

Em 31 de Dezembro de 2011, o Grupo possuía US$ 344,0 milhões referentes a financiamentos aprovados porém ainda não utilizados na data supracitada. Para cada pagamento há um conjunto de condições precedente que deve ser cumprida.

Valor justo (*)

A Administração estima o valor justo dos empréstimos do Grupo como se segue:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Financiamentos bancários	132	6.479	248	10.794
Empréstimos bancário				
BNDES	351.038	224.981	658.475	374.864
IFC	60.934	15.096	114.300	25.152
Eximbank	15.769	14.818	29.579	24.690
Finimp	3.152	4.051	5.913	6.749
BB	52.649	49.131	98.759	81.862
Carterpillar	487	-	914	-
Total empréstimos bancários	484.029	308.077	907.940	513.317
Total	484.161	314.556	908.188	524.111

* Para as premissas de justo valor, por favor consulte a nota 25

Cláusulas restritivas de contratos de financiamentos

As subsidiárias Tecon Rio Grande e Tecon Salvador e a Magallanes Navegação Brasileira, está última também é uma subsidiária da *Joint Venture* Wilson, Sons Ultratug Participações S.A., junto das instituições financeiras possuem cláusulas específicas restritivas em seus contratos de financiamento. O Grupo também tem de cumprir cláusulas restritivas específicas.

Todas as cláusulas restritivas de contratos de financiamentos são basicamente relacionada com a manutenção dos índices de liquidez. Em 31 de Dezembro de 2011, somente a Magallanes Navegação Brasileira não está em conformidade com as cláusulas restritivas de contratos de financiamentos. O contrato da Magallanes Navegação Brasileira com o Banco do Brasil prevê a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (EBITDA/serviço da dívida) igual ou superior a 1,1, calculado com base nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2011. Ainda de acordo com o contrato, se o índice não for atingido, a empresa deve fazer um aporte de capital no montante necessário para suportar o índice total. A Administração irá discutir com o Banco do Brasil a isenção do cumprimento do presente acordo. Se não for possível, o grupo tem a capacidade de fazer uma eventual capitalização. O descumprimento das cláusulas restritivas de contratos de financiamentos com o Banco do Brasil não tem impacto sobre um outro contrato de financiamento.

16. IMPOSTOS DIFERIDOS

Os principais impostos diferidos ativos e passivos reconhecidos pelo Grupo durante o exercício corrente e o ano anterior estão apresentados a seguir:

	Depreciação acelerada US$	Diferença de câmbio nos empréstimos US$	Diferenças temporárias US$	Itens não monetários US$	Total US$
Em 1º de janeiro de 2010	(21.594)	(13.247)	13.138	31.062	9.359
(Débito) Crédito no resultado	(5.869)	(1.484)	1.415	6.613	675
Imposto diferido registrado em investimento baixado	5.058	2.885	216	(4.686)	3.473
Diferenças de câmbio	-	35	308	-	343
Em 31 de dezembro de 2010	(22.405)	(11.811)	15.077	32.989	13.850
(Débito) Crédito no resultado	(2.668)	15.368	10.775	(33.749)	(10.274)
Diferenças de câmbio	-	(85)	(1.059)	-	(1.144)
Em 31 de Dezembro de 2011	(25.073)	3.472	24.793	(760)	2.432

	Depreciação acelerada R$	Diferença de câmbio nos empréstimos R$	Diferenças temporárias R$	Itens não monetários R$	Total R$
Em 1º de janeiro de 2010	(37.599)	(23.066)	22.876	54.085	16.296
(Débito) Crédito no resultado	(9.779)	(2.473)	2.358	11.019	1.125
Imposto diferido registrado em investimento baixado	8.427	4.806	359	(7.808)	5.784
Diferenças de câmbio	-	58	513	-	571
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	1.619	995	(983)	(2.330)	(699)
Em 31 de dezembro de 2010	(37.332)	(19.680)	25.123	54.966	23.077
(Débito) Crédito no resultado	(5.005)	28.828	20.210	(63.306)	(19.273)
Diferenças de câmbio	-	(159)	(1.986)	-	(2.145)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	(4.696)	(2.473)	3.158	6.914	2.903
Em 31 de dezembro de 2011	(47.033)	6.516	46.505	(1.426)	4.562

Nas demonstrações financeiras consolidadas um imposto diferido ativo não pode ser compensado com um passivo fiscal diferido com natureza diferente, pois, não existe um dispositivo legal que permita compensar ativos e passivos de impostos entre empresas do mesmo Grupo. Após compensação, os saldos de impostos diferidos são apresentados no balanço como se segue:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Impostos diferidos passivos	(26.093)	(15.073)	(48.945)	(25.115)
Impostos diferidos ativos	28.525	28.923	53.507	48.192
Total	2.432	13.850	4.562	23.077

Na data do balanço, o Grupo possui prejuízos fiscais não utilizados de US$56.122 (R$105.273) (2010: US$35.090 (R$58.467)) disponíveis para compensação contra lucros fiscais futuros. Nenhum imposto diferido ativo foi reconhecido referente a US$16.311 (R$30.597) (2010: US$10.501 (R$17.496)) devido à imprevisibilidade de lucros fiscais futuros. Parte desse montante, US$2.232 (R$4.186), refere-se a prejuízos fiscais não utilizados gerados pelas *holdings* do grupo, o montante remanescente dos US$14.079 (R$26.411) refere-se a entidades operacionais.

O imposto diferido ativo e passivo resultante do imobilizado, estoque e despesas antecipadas das empresas brasileiras com moeda funcional Dólar norte-americano, é calculado com base na diferença entre os saldos históricos em Dólar norte-americano dessas contas e os registrados nas contas em Reais convertidos pela taxa corrente.

O imposto diferido passivo originado dos ganhos de câmbio dos empréstimos em dólar norte-americano e em Real atrelados ao dólar norte-americano que são tributáveis na liquidação dos empréstimos e não no período no qual estes ganhos são originados.

17. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

	US$	R$
Em 1º de janeiro de 2010	9.831	17.118
Provisão adicional	4.464	7.437
Reversão da provisão	(2.575)	(4.290)
Diferenças de câmbio	569	947
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(736)
Em 31 de dezembro de 2010	12.289	20.476
Provisão adicional	5.650	10.598
Reversão da provisão	(3.208)	(6.017)
Diferenças de câmbio	(1.353)	(2.537)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	2.574
Em 31 de dezembro de 2011	13.378	25.094

As aberturas das provisões por natureza é demonstrada a seguir:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Processos cíveis	1.910	1.128	3.583	1.879
Processos fiscais	169	261	317	435
Processos trabalhistas	11.299	10.900	21.194	18.162
Total	13.378	12.289	25.094	20.476

No curso normal das operações no Brasil, o Grupo continua exposto a numerosas reivindicações legais locais. A política do Grupo é de contestar rigorosamente tais reivindicações, muitas das quais aparentam ter pouco embasamento no mérito, e gerenciá-las por meio de seus assessores legais.

Adicionalmente aos processos que o Grupo reconhece a provisão para contingências, existem outros processos fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo o montante de US$69.418 (R$130.213) (2010: US$53.404 (R$88.981)), cujas probabilidades de perda foram estimadas pelos assessores legais como possíveis.

As aberturas das causas com probabilidade de perdas estimadas como possíveis por natureza é demonstrada a seguir:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Processos cíveis	6.261	7.259	11.744	12.094
Processos fiscais	25.775	15.829	48.348	26.375
Processos trabalhistas	37.382	30.316	70.121	50.512
Total	69.418	53.404	130.213	88.981

Os principais processos classificados como prováveis e possíveis estão descritos a seguir:

- Cíveis: Discussões sobre questões contratuais. Nenhuma reivindicação cível, individualmente, tem um valor significativo para o Grupo;

- Trabalhistas: Envolve diversas reclamações trabalhistas, a maioria relativas à horas extraordinárias, insalubridade e periculosidade. A reclamação mais relevante diz respeito a um acidente de trabalho com morte no valor de US$0,6 (R$1,2 milhões);

- Fiscal: Envolve fiscalizações efetuadas por órgãos Estaduais, Municipais e Federais. No caso de impostos, individualmente, possui um valor significativo para o Grupo.

O Grupo considera como relevantes causas que envolvem valores, bens ou direitos superiores a US$2,7 milhões (R$5,0 milhões).

18. ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO

	Pagamentos mínimos de *leasing*		Valor presente dos pagamentos mínimos de *leasing*	
	2011 US$	2010 US$	2011 US$	2010 US$
Valores devidos de *leasing* financeiro:				
No primeiro ano	4.607	5.921	3.787	4.847
Do segundo ao quinto ano(inclusive)	4.365	7.098	3.278	6.305
	8.972	13.019	7.065	11.152
Menos os débitos financeiros futuros	(1.907)	(1.867)		
Valor presente das obrigações de *leasing*	7.065	11.152		
Total circulante	3.787	4.847		
Total não circulante	3.278	6.305		

	Pagamentos mínimos de *leasing*		Valor presente dos pagamentos mínimos de *leasing*	
	2011 R$	2010 R$	2011 R$	2010 R$
Valores devidos de *leasing* financeiro:				
No primeiro ano	8.642	9.866	7.104	8.076
Do segundo ao quinto ano (inclusive)	8.187	11.826	6.149	10.505
	16.829	21.692	13.253	18.581
Menos os débitos financeiros futuros	(3.576)	(3.111)		
Valor presente das obrigações de *leasing*	13.253	18.581		
Total circulante	7.104	8.076		
Total não circulante	6.149	10.505		

Conforme a política de leasing do Grupo, alguns veículos e equipamentos estão sujeitos a arrendamento mercantil financeiro. O prazo médio de arrendamento mercantil é de 50 meses, nos quais, para o final de Dezembro de 2011 restavam 29 meses em média.

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, a taxa média efetiva de arrendamentos foi de 16,65 % a.a. (2010: 15,87%). As taxas de juros são determinadas na data de assinatura do contrato.

Todos os arrendamentos mercantis financeiros incluem um valor fixo de quitação e encargos financeiros variáveis atrelados à taxa de juros brasileira. As taxas de juros variam de 12,84% a 20,39% ao ano.

Os valores de arrendamento mercantil financeiro são determinados em Real.

Não existem diferenças materiais entre o valor justo e o valor presente das obrigações referentes aos arrendamentos mercantis financeiros. O valor presente é cálculado com base na taxa de juros de cada contrato de acordo com as suas respectivas parcelas.

As obrigações de *leasing* financeiro do Grupo são garantidas pelos direitos do arrendador sobre os bens arrendados.

19. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Fornecedores	73.973	70.353	138.758	117.222
Impostos	17.950	16.657	33.671	27.754
Pagamentos baseados em ações	14.371	23.795	26.958	39.647
Provisões e outras contas a pagar	11.965	6.893	22.444	11.485
	118.259	117.698	221.831	196.108
Total	115.788	117.698	217.196	196.108
Total não corrente	2.471	-	4.635	-

O Grupo possui uma política de gerenciamento de risco financeiro para assegurar que o contas a pagar seja liquidado dentro do prazo.

Os contratos de construção em andamento no final de cada período são demonstrados a seguir:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Custos de contratos incorridos, mais: receitas reconhecidas, menos: perdas reconhecidas até a presente data	36.307	41.632	68.105	69.367
Menos: serviços a faturar (adiantamento de clientes)	(48.211)	(58.705)	(90.434)	(97.814)
Passivo líquido incluso em fornecedores	(11.904)	(17.073)	(22.329)	(28.447)

20. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES LIQUIDADAS EM CAIXA

Em 9 de abril de 2007, o Conselho de Administração da Wilson Sons Limited aprovou um Plano de Opções de Ações ("Pagamentos baseados em ações" ou "Plano de Incentivo de Longo Prazo") para os funcionários elegíveis selecionados pelo Conselho de Administração para os próximos cinco anos. As opções irão proporcionar pagamentos em caixa, ao serem exercidas, baseadas no número de opções multiplicado pelo crescimento do preço do Certificado de Depósito de Valores Mobiliários da Wilson Sons Limited, entre o valor base e o valor na data de exercício das opções. O plano é regido pela lei de Bermuda.

A movimentação da provisão referente ao plano é demonstrada a seguir

	US$	R$
Saldo em 1º de janeiro de 2010	10.591	18.441
Adições	13.204	22.001
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	(795)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	23.795	39.647
Reversões	(8.879)	(16.654)
Pagamentos no exercício	(545)	(1.022)
Ajuste na conversão de moeda estrangeira para o real	-	4.987
Saldo em 31 de dezembro de 2011	14.371	26.958

A obrigação acima é incluída em "fornecedores e outras contas a pagar", apresentadas na Nota 19.

A composição das opções de ações em circulação ocorre da seguinte forma:

	Número de opções de ações
Disponível em 1º de janeiro de 2010	3.912.760
Prescritas durante o ano	(7.500)
Expiradas durante o ano	(7.500)
Disponível em 31 de dezembro de 2010	3.897.760
Concedido durante o ano	148.000
Exercidas durante o ano	(118.000)
Prescritas durante o período	(101.500)
Disponível em 31 de dezembro de 2011	3.826.260

O valor justo reconhecido no passivo pelo montante de US$14.371 (R$26.958) (2010: US$23.795 (R$39.647)) foi determinado utilizando o modelo Binomial, baseado nas seguintes premissas descritas a seguir:

	2011	2010
Preço de fechamento da ação (em reais)	R$25,40	R$32,00
Volatilidade esperada	30-33%	26-32%
Expectativa de vida	10 anos	10 anos
Taxa livre de risco	7,10%	8,60%
Rendimento esperado dos dividendos	1,61%	1,80%

A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica do preço da ação do Grupo. A expectativa de vida utilizada no modelo foi ajustada com base na melhor estimativa da Administração para o exercício das restrições e considerações comportamentais.

Série de Opção	Quantidade	Data de concessão	Data de *"vesting"*	Data de vencimento	Preço de exercício (R$)
07 ESO – 2 Ano	875.440	05/05/2007	05/05/2009	05/05/2017	23,77
07 ESO – 3 Ano	877.440	05/05/2007	05/05/2010	05/05/2017	23,77
07 ESO – 4 Ano	901.440	05/05/2007	05/05/2011	05/05/2017	23,77
07 ESO – 5 Ano	901.440	05/05/2007	05/05/2012	05/05/2017	23,77
08 ESO – 2 Ano	21.250	15/08/2008	17/08/2010	17/08/2018	18,70
08 ESO – 3 Ano	33.750	15/08/2008	17/08/2011	17/08/2018	18,70
08 ESO – 4 Ano	33.750	15/08/2008	17/08/2012	17/08/2018	18,70
08 ESO – 5 Ano	33.750	15/08/2008	17/08/2013	17/08/2018	18,70
11 ESO – 2 Ano	37.000	10/11/2011	10/11/2013	09/11/2021	24,58
11 ESO – 3 Ano	37.000	10/11/2011	10/11/2014	09/11/2021	24,58
11 ESO – 4 Ano	37.000	10/11/2011	10/11/2015	09/11/2021	24,58
11 ESO – 5 Ano	37.000	10/11/2011	10/11/2016	09/11/2021	24,58

As opções expiram na data de vencimento ou em um mês da resignação do funcionário, o que ocorrer primeiro.

As opções de ações em circulação no final do ano tiveram um preço médio ponderado no exercício de R$23,64 (2010: R$23,59) e uma média ponderada da vida contratual remanescente de 2.031 dias (2010: 2.346 dias).

Para mostrar a sensibilidade da despesa às mudanças no preço das ações, o Grupo considerou um aumento/diminuição de 10% no seu preço. O rendimento do dividendo foi ajustado em linha com a alteração no preço da ação, mas todas as outras hipóteses foram mantidas, incluindo a volatilidade do preço das ações.

	Realizado	(+10%)	(-10%)
Preço da ação em 31 de dezembro 2011 – R$	25,40	27,94	22,86
	US$	US$	US$
Passivos em 31 de dezembro 2011	14.371	17.228	11.839
	R$	R$	R$
Passivos em 31 de dezembro 2011	26.958	32.316	22.208

As sensibilidades aqui ilustradas são hipotéticas e simplesmente para informação, baseadas no preço das ações e dos fatos conhecidos na data de divulgação.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
71.144.000 de ações ordinárias emitidas e integralizadas	9.905	9.905	18.580	16.504

Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado do ano corrente, será declarado pelo conselho administrativo como dividendos a serem distribuídos aos membros antes da próxima assembléia geral anual. O estatuto da Companhia determina que os dividendos seram obrigatório a menos que o conselho considerar que o pagamento de tais dividendos não será do interesse da Companhia. Os dividendos finais estão sujeitos à aprovação pelos acionistas na assembléia geral anual.

Na reunião do conselho de administração realizada em 6 de maio de 2011, a diretoria deliberou o pagamento de dividendos no montante de US$0,254 por ação (2010: US$0,317 por ação) no valor total de US$18.070 (2010: US$22.551) para os acionistas registrados até 11 de maio de 2011 e o pagamento destes dividendos ocorreram em 13 de maio de 2011.

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico diluído por ação é baseado nos seguintes dados:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Lucro líquido do período atribuído a acionistas da controladora	37.317	69.996	69.999	116.627
Número médio de ações	71.144.000	71.144.000	71.144.000	71.144.000
Lucro básico e diluído por ação (em centavos)	52.45	98.39	98.39	163.93

Reserva de Capital

Reservas de capital são constituídas, principalmente, de receitas que, em períodos anteriores, foram requeridas por lei para serem transferidas para reservas de capital e outros lucros não disponíveis para distribuição, ágio na emissão de ações com o IPO e ganhos/perdas com aquisição e venda de participação de não controladores.

Reserva Legal

O montante equivalente a 5% do lucro líquido anual da companhia, é destinado e classificado em conta específica denominada "Reserva Legal" até que a mesma conta acumule o montante igual a 20% do capital integralizado da companhia.

Conversão da Reserva

A reserva para ajustes acumulados de traduação, são oriundos dos impactos das diferentes taxas de conversão sobre as operações das empresas com moeda Real funcional com exceção dos dólares funcionais.

22. SUBSIDIÁRIAS

Compra de participação na subsidiária Brasco

Em 16 de Junho, o Grupo adquiriu através de suas subsidiárias, 25% de participação da Brasco Logística Offshore Ltda., com isso o Grupo se tornou o proprietário de 100% do capital social da Brasco.

A transação foi concluída com o valor de R$15,5 milhões (equivalente a US$9,0 milhões na data da transação), mensurados a valor justo, para aquisição de ações equivalentes a 25% do capital total da Brasco. Esta operação resultou num pagamento adicional de capital no valor de R$8,7 milhões (equivalente a US$4,8 milhões na data da transação) relatada na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Criada em 1999, Brasco é um port integrado e provedor de serviços logísticos para o Setor Petróleo e Gás no Brasil.

Vendas das ações para não-controladores do Tecon Salvador

Durante esse período, o Grupo vendeu 7,5% de participação acionária no Tecon Salvador S.A. à Intermarítima, reduzindo o seu percentual de participação para 92,5%.

Essa transação foi negociada pelo montante de R$11,2 milhões (equivalente a US$6,7 milhões na data da transação) recebidos parte em dinheiro e o restante será recebido nos próximos anos. O montante de R$3,8 milhões (equivalente a US$2,4 milhões na data da transação) (sendo a parte proporcional do valor contábil do patrimônio líquido do Tecon Salvador S.A.) transferido para participação de não controladores. A diferença de R$4,4 milhões (equivalente a US$2,8 milhões na data da transação), líquido de impostos, entre o aumento da participação dos não controladores e da remuneração recebida foi de crédito na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Aquisição de Briclog

O Grupo anunciou que em 2 de junho de 2011, através de sua subsidiária Brasco Logística Offshore Ltda. ("Brasco"), firmou contrato para aquisição da totalidade das quotas representativas do capital da Bric Brazilian Intermodal Complex S/A ("Briclog") pelo preço de R$ 125 milhões (equivalente a US$79,0 milhões na data da assinatura do contrato). A Briclog presta serviços portuários para a indústria de petróleo e gás. A conclusão da aquisição e a mudança de controle estam sujeitas a várias condições precedentes, incluindo o direito de arrendamento, por 30 anos, de área de 66,860 metros quadrados em frente à Baía de Guanabara, Rio de Janeiro, Brasil e a cessão de determinados contratos de locação para a Briclog.

O pagamento pela aquisição, serão feitos em três parcelas, R$10,0 milhões (equivalente a US$6,3 milhões na data da assinatura do contrato) liquidados na data da assinatura do contrato (contabilizado em "contas a receber"), R$ 60,0 milhões (equivalente US$37,9 milhões na data da assinatura do contrato) serão pagos após o cumprimento de todas as condições precedentes, e R$ 55 milhões (equivalente US$34,8 milhões na data da assinatura do contrato) restantes em 360 (trezentos e sessenta) dias após a assinatura do contrato, sendo os dois últimos pagamentos atualizados pelo índice de preços ao consumidor (IPCA). Até 31 de Dezembro de 2011, nenhuma combinação de negócios tinha sido aplicada nestas demonstrações financeiras condensadas e consolidadas.

Os detalhes das subsidiárias da Companhia no final do período em referência são demonstrados a seguir:

	Local de incorporação e operação	Proporção de participação acionária 2011	2010
Companhia controladora			
Wilson, Sons de Administração e Comércio Ltda.	Brasil	100%	100%
Vis Limited	Guernsey	100%	100%
WS Participações S.A.	Brasil	100%	100%
Rebocagem			
Saveiros Camuyrano Serviços Marítimos S.A.	Brasil	100%	100%
Sobrare-Servemar Ltda.	Brasil	100%	100%
Wilson, Sons Apoio Marítimo Ltda.	Brasil	100%	100%
Wilson, Sons Operações Marítimas Especiais Ltda.	Brasil	100%	100%
Estaleiro			
Wilson, Sons S.A. Comércio, Indústria, e Agência de Navegação Ltda.	Brasil	100%	100%
Wilson, Sons Estaleiro Ltda.	Brasil	100%	100%
Agenciamento Marítimo			
Wilson, Sons Agência Marítima Ltda.	Brasil	100%	100%
Wilson, Sons Navegação Ltda.	Brasil	100%	100%
Transamérica Visas Serviços de Despachos Ltda.	Brasil	100%	100%
Logística			
Wilson, Sons Logística Ltda.	Brasil	100%	100%
EADI Santo André Terminal de Carga Ltda.	Brasil	100%	100%
Terminal portuário			
Brasco Logística Offshore Ltda.	Brasil	100%	100%
Tecon Rio Grande S.A.	Brasil	100%	100%
Tecon Salvador S.A.	Brasil	92,5%	100%
Wilport Operadores Portuários Ltda.	Brasil	100%	100%
Wilson, Sons Operadores Portuários Ltda.	Brasil	100%	100%
Wilson, Sons Terminais de Cargas Ltda.	Brasil	100%	100%

O Grupo também possui 100% de participação em um fundo de investimentos exclusivo brasileiro: Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Hydrus, em Cotas de Fundos de Investimentos. Esse fundo é administrado pelo Banco Itaú e suas políticas e objetivos são determinados pela tesouraria do Grupo (Nota 14).

23. EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS (JOINT VENTURES)

Em 28 de Maio de 2010 foi celebrado o acordo final para a formação da joint venture entre o Grupo Wilson Sons, através de duas de suas subsidiárias no Brasil e, do outro lado, a Remolcadores Ultratug Ltda., companhia pertencente ao Grupo Chileno Ultratug.

O grupo contribuiu com a participação de 50% da joint venture com as ações de emissão da Wilson, Sons Offshore S.A., a empresa que é proprietária e opera os navios offshore do Grupo. O Grupo Ultratug contribuiu com a participação de 50% da *joint venture* com as ações de emissão de Magallanes Navegação Brasileira S.A., proprietária das operações de offshore do Grupo Ultratug no Brasil e US$14,3 milhões de Dólares norte-americano.

Um ganho de US$20,4 milhões, calculado com base na SIC13, foi realizado na formação da *joint venture,* conforme abaixo:

	US$	R$
Participação da Wilson Sons a valor justo dos ativos integrados pela Magallanes	16.165	26.935
Perda do valor contábil da Wilson Sons Offshore S.A.	(6.208)	(10.344)
Eliminação do resultado entre empresas do grupo	10.450	17.411
Wilson Sons contribuição ao valor contábil líquido	4.242	7.068
Ganho total na formação da *joint venture*	20.407	34.002

A eliminação do lucro entre empresas do grupo representa o lucro na construção dos PSVs no estaleiro, previamente eliminado na consolidação.

O Grupo tem as seguintes participações significativas em empreendimentos conjuntos em 31 de Dezembro de 2011:

	Local de incorporação e operação	Proporção de Participação acionária 2011	2010
Rebocagem			
Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros	Brasil	50%	50%
Consórcio de Rebocadores Baia de São Marcos	Brasil	50%	50%
Transportador comum sem navios			
Allink Transportes Internacionais Ltda.	Brasil	50%	50%
Offshore			
Wilson, Sons Ultratug Participações S.A.*	Brasil	50%	50%

(*) A Wilson, Sons Ultratug Participações S.A é controladora da Wilson, Sons Offshore S.A e Magallanes Navegação Brasileira S.A., e estas últimas são controladas indiretas da Companhia.

Os seguintes valores estão incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo como resultado da consolidação proporcional dos empreendimentos em conjunto, antes das eliminações de intercompany:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Ativos circulantes	23.165	17.991	43.453	29.977
Ativos não circulantes	224.991	167.366	422.038	278.865
Passivos circulantes	(55.202)	(31.976)	(103.548)	(53.278)
Passivos não circulantes	(155.642)	(109.242)	(291.953)	(182.020)

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Demonstração do resultado abrangente				
Receita	68.545	38.804	128.577	64.655
Despesas	(73.010)	(40.517)	(136.952)	(67.509)

Em Maio de 2010, a Wilson, Sons Ultratug S.A. tornou-se uma *Joint Venture,* e sua contribuição de participação no resultado são de oito meses.

24. *LEASING* OPERACIONAL E OUTRAS OBRIGAÇÕES

O Grupo como arrendatário

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Pagamentos mínimos de leasings operacionais reconhecidos no exercício	17.520	14.528	32.864	24.207

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor mínimo devido pelo Grupo para pagamentos mínimos futuros de contratos de *leasing* operacional canceláveis era de US$12.549 (R$23.539) ((2010: US$13.668 (R$22.774)).

Os compromissos de *leasing* para terrenos e construções têm prazo de cinco anos e são reconhecidos como despesas de acordo com a maturidade dos mesmos. Esses contratos de *leasing* representam as obrigações contratuais mínimas do aluguel entre Tecon Rio Grande e a autoridade portuária de Rio Grande, e entre Tecon Salvador e a autoridade portuária de Salvador A concessão do Tecon Rio Grande expira em 2022 e o do Tecon Salvador em 2025. Ambos têm a opção para renovar a concessão por um período máximo de 25 anos.

Os pagamentos garantidos do Tecon Rio Grande consistem em dois elementos: um aluguel fixo, mais uma taxa por 1.000 contêineres movimentados com base em volumes previstos mínimos.

O pagamento garantido do Tecon Salvador consiste em três elementos: um aluguel fixo, uma taxa por contêiner movimentado com base em volumes mínimos previstos e uma taxa por tonelada de carga (não armazenada em contêineres) movimentada com base em volumes previstos mínimos.

Na data do balanço, o Grupo tinha compromissos em aberto para pagamentos mínimos futuros de *leasing* operacional não canceláveis com os seguintes vencimentos:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
No primeiro ano	2.549	2.211	4.781	3.684
Do segundo ano ao sétimo ano (inclusive)	15.081	18.425	28.289	30.700
Total	17.630	20.636	33.070	34.384

Os pagamentos de *leasing* não canceláveis representam pagamentos de aluguel realizados pelo Grupo pelo armazém alfandegado utilizado pela EADI Santo André.

Em Novembro de 2008, o Grupo renovou os direitos de concessão do EADI Santo André por mais 10 anos, esta operação fez que a gerência do Grupo viesse a renovar os contratos de alugueis do armazém alfandegado utilizado pela EADI Santo André para o mesmo período. O período de leasing não vencido em 31 de Dezembro de 2011 é de 6 anos e 11 meses. Esses pagamentos de aluguel são corrigidos pelo índice geral de preço (IGPM) que mede a inflação no país.

Outras Obrigações

Em 15 de Agosto de 2011, o Grupo, junto à cidade de Guarujá, e com a Procuradoria do Estado de São Paulo, firmaram um acordo revogando-se a intimação que ordenou a suspensão da construção do Guarujá II, onde prevê que a Companhia investirá em projetos sociais e ambientais para a cidade de Guarujá, a partir de 2011 até 2014. Durante este período, até US$2,7 milhões (equivalente a R$5,0 milhões na data da transação) serão investidos nesses projetos como um custo adicional necessário para a conclusão da construção do estaleiro. Todos os projetos estão localizados dentro da área de influência do estaleiro na cidade de Guarujá.

A obrigação foi registrada pelo seu valor presente de US$$ 2,5 milhões (equivalente a R$4,6 milhões na data da transação), em fornecedores com contrapartida em ativos fixos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCO DE CRÉDITO

a) Gerenciamento do risco de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em captação de recursos por meio de novos empréstimos e financiamentos (Nota 15), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo (Nota 14) e capital atribuível aos proprietários da controladora compreendendo: capital emitido, reservas e lucros acumulados (Nota 21).

b) Categorias dos instrumentos financeiros

	Valor justo		Valor Contábil	
	2011 US$	2010 US$	2011 US$	2010 US$
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis (inclui: caixa e equivalentes de caixa. investimento de curto e de longo prazo, contas a receber e outros créditos)	301.717	289.862	301.717	289.862
Passivos financeiros:				
Outros passivos financeiros (inclui empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e outras contas a pagar)	609.485	443.406	609.377	443.011

	Valor justo		Valor Contábil	
	2011 R$	2010 R$	2011 R$	2010 R$
Ativos financeiros:				
Empréstimos e recebíveis (inclui: caixa e equivalentes de caixa. investimento de curto e de longo prazo, contas a receber e outros créditos))	565.961	482.697	565.961	482.697
Passivos financeiros:				
Outros passivos financeiros (inclui empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil financeiro e outras contas a pagar)	1.143.272	738.799	1.143.070	738.144

c) Objetivos do Gerenciamento de Riscos Financeiros

O Departamento de Operações Estruturadas do Grupo monitora e gerencia os riscos financeiros relacionados às operações e coordena o acesso ao mercado financeiro nacional e internacional. Estes riscos incluem risco de mercado (variação cambial, índices de preços e variação da taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O objetivo principal é manter um mínimo de exposição a esses riscos utilizando instrumentos financeiros sem derivativos e avaliando e controlando os riscos de crédito e liquidez.

d) Gerenciamento do risco de taxa de câmbio

Os fluxos de caixa operacionais estão sujeitos à variação de moeda, pois estão parte denominados em Real e parte em Dólar norte-americano, variando essas proporções de acordo com o as características de cada negócio. De forma geral, para os fluxos de caixa operacionais procura-se anular o risco de moeda casando-se os ativos (recebíveis) com passivos (pagamentos). Além disso, procura-se ter o excedente de caixa operacional em moeda igual àquela em que está denominado o serviço de dívida de cada negócio.

Os fluxos de caixa dos investimentos em ativos fixos também são denominados em Real e Dólar norte-americano. Esses investimentos estão sujeitos a variações de moeda em função do período decorrido entre a fixação do preço de compra de bens ou contratação de serviços junto a fornecedores e o pagamento efetivo desses bens e serviços. Esses fluxos são monitorados com objetivo de casamento entre as moedas das fontes e das aplicações dos recursos e seus vencimentos.

O Grupo possui contratos de dívida tanto atrelados ao Dólar norte-americano quanto ao Real e os saldos de caixa e equivalentes de caixa também estão aplicados parte em Dólar norte-americano e parte em Real.

Os saldos desses ativos e passivos monetários estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo	
	2011 US$	2010 US$	2011 US$	2010 US$
Transações em reais	310.823	255.565	207.637	159.567

	Ativo		Passivo	
	2011 R$	2010 R$	2011 R$	2010 R$
Transações em reais	583.042	425.822	389.486	265.871

Análise de sensibilidade de Moeda Estrangeira

Taxas de câmbio (i)		
Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
R$1,80/US$1,00	R$2,25/US$1,00	R$2,70/US$1,00

Operação	Risco	Montante em USD	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Total ativos	Real	310.823	Efeito do câmbio	13.089	(51.693)	(94.882)
Total passivos	Real	207.637	Efeito do câmbio	(8.744)	34.532	63.383
			Resultado líquido	4.345	(17.161)	(31.499)

Operação	Risco	Montante em Reais	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Total ativos	BRL	583.042	Efeitos de câmbio	24.553	(96.966)	(177.979)
Total passivos	BRL	389.486	Efeitos de câmbio	(16.402)	64.776	118.894
			Resultado líquido	8.151	(32.190)	(59.085)

(i) Fonte de Informação: FOCUS BACEN (27/01/2012)

e) Gerenciamento do risco da taxa de juros

O Grupo está exposto ao risco da taxa de juros uma vez que as empresas do Grupo captam e aplicam a taxas de juros fixas e flutuantes. Para construção de embarcações os financiamentos com o BNDES e Banco do Brasil, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), são contratados a juros pré-fixados. Visto que as taxas destes financiamentos são pré-fixadas e estão abaixo das curvas de juros de mercado, o Grupo entende que o risco para estes contratos é baixo.

Para os financiamentos do negócio Operações Portuárias, a estratégia é gerenciar o risco de variações das taxas de juros mantendo um portfólio balanceado entre taxas de juros fixas e flutuantes dependendo das condições de mercado e curvas de juros. O Grupo pode utilizar instrumentos financeiros derivativos para mitigar a exposição à volatilidade dessas taxas.

As operações da Logística utilizam Leasing Financeiro e a linha de crédito FINAME do BNDES para financiar as aquisições de equipamentos. A taxa de juros básica para o FINAME é indexada à TJLP e não há instrumentos disponíveis no mercado para a mitigação da variação dessa taxa. No entanto, por se tratar de uma taxa inferior à taxa de juros básica da economia (Selic) e por ter a meta de inflação como um dos componentes do seu cálculo, assim como a Selic, o risco é considerado baixo.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa atrelados a Real acompanham a variação diária do Depósito Interfinanceiro ("DI") no caso de investimentos em títulos privados e/ou "Selic-Over" no caso de títulos públicos. As aplicações em Dólar norte-americano ocorrem por meio de investimentos em *time deposits*, com vencimentos no curto prazo.

Análise de sensibilidade da taxa de juros

A análise seguinte é uma eventual variação das receitas ou despesas associadas com as operações e cenários mostrados sem considerar seus valores justos.

Libor (i)

Operação	Cenário provável	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos	1,11%	1,39%	1,66%
Investimentos	0,79%	0,99%	1,19%

Operação	Risco	Principal em Dólar norte-americano	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Empréstimo IFC	Libor	54.323	Juros	(193)	(301)	(410)
Empréstimo Eximbank	Libor	15.769	Juros	(76)	(106)	(137)
Empréstimo Finimp	Libor	3.134	Juros	(12)	(17)	(22)
Investimentos	Libor	24.500	Receita	(199)	(149)	(98)
			Efeito líquido	(480)	(573)	(667)

Operação	Risco	Principal em Reais	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto (50%)
Empréstimo IFC	Libor	101.899	Juros	(362)	(565)	(769)
Empréstimo Eximbank	Libor	29.579	Juros	(142)	(200)	(257)
Empréstimo Finimp	Libor	5.879	Juros	(22)	(32)	(42)
Investimentos	Libor	45.957	Receita	(372)	(278)	(185)
			Efeito líquido	(898)	(1.075)	(1.253)

CDI (ii)

Operação		Cenário provável	Cenário possível 25%		Cenário remoto 50%	
Investimentos		9,66%	12,08%		14,49%	
Operação	Risco	Principal US$	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto 50%
Investimentos	CDI	109.045	Receita	(791)	2.060	4.911
			Efeito líquido	(791)	2.060	4.911
Operação	Risco	Principal R$	Resultado	Cenário provável	Cenário possível (25%)	Cenário remoto 50%
Investimentos	CDI	204.546	Receita	(1.484)	3.865	9.213
			Efeito líquido	(1.484)	3.865	9.213

(i) Fonte de Informação : Bloomberg (24/01/2012);
(ii) Fonte de Informação: BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuros) (24/01/2012).

O efeito líquido foi obtido projetando um cenário de 12 meses iniciando em 31 de Dezembro de 2011 no qual as taxas de juros e todas as demais variáveis permanecem constantes.

Os outros empréstimos têm uma taxa de juros fixa e representam 82,4% do total dos empréstimos.

O mix do risco de investimentos é: 18,2% Libor. 81,0% CDI e 0,8% variação cambial (Ptax).

f) Gerenciamento do risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas de numerários e limites de crédito aprovados junto às principais instituições bancárias do país monitorando continuamente o fluxo de caixa previsto e real, procurando adequar continuamente os prazos dos ativos e passivos.

Os seguintes quadros detalham a maturidade do saldo do grupo para passivos financeiros não-derivativos. Os quadros foram montados considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros baseados nas datas mais recentes as quais o Grupo pode ser requerido a pagar. Os quadros incluem tanto os juros como o principal dos fluxos de caixa:

	Média ponderada taxa de juros %	Menor que 12 meses US$	1-5 anos US$	Maior que 5 anos US$	Total US$
31 de Dezembro de 2011					
Arrendamentos financeiros passivos	16,65%	3.787	2.865	413	7.065
Taxa variável de juros dos instrumentos financeiros	4,18%	6.268	52.183	27.723	86.174
Taxa fixa de juros dos instrumentos financeiros	3,66%	26.404	116.362	255.110	397.876
		36.459	171.410	283.246	491.115

	Média ponderada taxa de juros %	Menor que 12 meses US$	1-5 anos US$	Maior que 5 anos US$	Total US$
31 de Dezembro de 2010					
Arrendamentos financeiros passivos	15,87%	4.847	6.184	121	11.152
Taxa variável de juros dos instrumentos financeiros	4,73%	5.261	19.669	7.851	32.781
Taxa fixa de juros dos instrumentos financeiros	3,95%	20.304	88.712	172.364	281.380
		30.412	114.565	180.336	325.313

g) Gerenciamento do risco de crédito

O risco de crédito do Grupo pode ser atribuído principalmente aos seus saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes. Os valores apresentados como contas a receber no balanço são apresentados líquidos de provisão para devedores duvidosos. A valorização da provisão para perda é estabelecida quando há evento de perda identificado, que com base na experiência do passado é evidência da redução de recuperação dos fluxos de caixa.

O Grupo aplica seu excedente de caixa em títulos públicos e privados. As aplicações risco de crédito privado são feitas apenas em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações do caixa local são feitas por intermédio de um fundo exclusivo com regulamento aprovado pela administração e prevêem uma série de restrições quanto à concentração por risco de crédito.

A política de vendas do Grupo se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar as eventuais perdas decorrentes de inadimplência.

h) Derivativos

O Grupo pode ter contratos de derivativos para gerenciar riscos sobre flutuações de taxas de câmbio e juros. Em 2011 e 2010, o Grupo utilizou contratos futuros interbancários (Fut DI), contrato de troca a títulos do governo (Letra do Tesouro Nacional – LTN) pré – fixada para pós-fixada. O impacto do derivativo foi uma diminuição de US$43 (R$81) e o impacto no ativo foi um acréscimo de US$67 (R$125), resultando um ganho de US$23 (R$44) em 31 de Dezembro de 2011 (2010: US$24 (R$40) perda). Essa transações foram liquidadas antes do fim do ano.

i) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros do Grupo encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 por valores compatíveis com os praticados pelo valor justo nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais que visam à obtenção de liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado e verificação, em conseqüência, se o ajuste a mercado de suas aplicações financeiras está sendo corretamente efetuado pelas instituições administradoras de seus recursos.

O Grupo não aplica em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco em caráter especulativo. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto considerável julgamento foi requerido na interpretação dos saldos de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

j) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos em contas correntes mantidas em bancos têm seus valores de mercado correspondentes aos saldos contábeis.

Investimentos

O valor registrado dos investimentos de curto e longo prazo se aproxima do seu valor justo.

Contas a receber e outros recebíveis/Fornecedores e outras contas a pagar

A Administração do Grupo considera que os saldos contábeis das contas a receber de clientes e outros recebíveis e dos fornecedores e outros contas a pagar estão próximos aos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos foram calculados com base no seu valor presente apurado pelos fluxos de caixa futuros e utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos.

O valor justo para os contratos do BNDES, Carterpillar, BB, Finimp e Eximbank é igual aos saldos contábeis uma vez que não existem instrumentos similares com datas de vencimento e taxas de juros comparáveis.

Para o financiamento com o IFC, o valor justo foi obtido tendo com base a taxa do último financiamento obtido, mais a taxa da Libor.

26. TRANSAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

As transações entre a Companhia e suas subsidiárias que são partes relacionadas foram eliminadas na consolidação e não são divulgadas nesta nota. As transações entre o Grupo e suas associadas, controladas em conjunto, outros investimentos e outras partes estão divulgadas a seguir:

	Passivo circulante US$	Receitas US$	Despesas US$
Joint ventures:			
1. Allink Transportes Internacionais Ltda.	(3)	36	-
2. Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros	17	303	-
3. Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos	(1.905)	40	836
4. Wilson Sons Ultratug and subsidiaries	8.700	55.756	-
Outros:			
5. Gouvêa Vieira Advogados	11	-	269
6. CMMR Intermediação Comercial Ltda.	3	-	295
7. Transamérica Ag. Marítima	1.595	-	185
Em 31 de Dezembro de 2011	8.418	56.135	1.585
Em 31 de Dezembro de 2010	7.651	40.964	5.218

	Passivo circulante R$	Receitas R$	Despesas R$
Joint ventures:			
1. Allink Transportes Internacionais Ltda.	(6)	68	-
2. Consórcio de Rebocadores Barra de Coqueiros	32	568	-
3. Consórcio de Rebocadores Baía de São Marcos	(3.573)	75	1.568
4. Wilson Sons Ultratug and subsidiaries	16.318	104.587	-
Outros:			
5. Gouvêa Vieira Advogados	21	-	505
6. CMMR Intermediação Comercial Ltda.	6	-	553
7. Transamérica Ag. Marítima	2.992	-	347
Em 31 de Dezembro de 2011	15.790	105.298	2.973
Em 31 de Dezembro de 2010	12.746	68.256	8.696

1. Allink Transportes Internacionais Ltda. é controlada em 50% pelo Grupo e aluga escritórios e terminais de armazenagem do Grupo.
2-3. As transações com Joint Ventures foram divulgadas como resultado dos montantes proporcionais não eliminados na consolidação. São referentes principalmente aos navios de afretamento.
4. Empréstimos *Intercompany* com Wilson Sons Ultratug (taxa de juros – 0,3% a.m., sem vencimento) e contas a pagar para estaleiro da Wilson Sons Offshore e Magallanes relativos à construção de embarcações proporcionais não eliminadas na consolidação.
5. Dr. J. F. Gouvêa Vieira, Presidente do Conselho, é sócio no Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira. Os honorários foram pagos ao Escritório de Advocacia Gouvêa Vieira por seus serviços jurídicos prestados.
6. O Sr. C. M. Marote, Diretor do Conselho, é acionista e Diretor da CMMR Intermediação Comercial Limitada. Os honorários foram pagos à CMMR Intermediação Comercial Limitada por seus serviços de consultoria prestados na Wilson, Sons no segmento de rebocadores.
7. Fornecedores e outras contas a pagar com a Transamérica (taxa de juros – 1% a.m., sem vencimento).

A Companhia adotou a política de compensação de ativos e passivos no Grupo de transações de partes relacionadas.

27. REMUNERAÇÃO DOS EXECUTIVOS

A remuneração dos diretores, que são os executivos do grupo, está apresentada a seguir, agregada por categorias:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Benefícios salariais de curto prazo	9.868	11.049	18.511	18.410
Benefícios pós-emprego e encargos sociais	2.256	2.692	4.232	4.486
(Reversão) Provisão de pagamento baseado em ações	(8.879)	13.204	(16.654)	22.001
Total	3.245	26.945	6.089	44.897

28. NOTAS REFERENTES AO RELATÓRIO DE FLUXO DE CAIXA

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Resultado antes dos impostos	88.913	101.019	166.782	168.318
Menos: Receitas financeiras	(6.068)	(13.940)	(11.382)	(23.227)
Menos: Ganho de capital na transação de joint venture	-	(20.407)	-	(34.002)
Mais: Despesas financeiras	20.936	11.814	39.272	19.684
Resultado operacional	103.781	78.486	194.672	130.773
Ajustes para:				
Despesa de depreciação e amortização	59.478	42.921	111.570	71.515
Lucro da alienação de ativo imobilizado	(1.959)	(90)	(3.675)	(150)
Provisão (Reversão) para liquidação em opções de compra de ações	(8.879)	13.204	(16.654)	22.000
Aumento (Reversão) das provisões	697	2.458	1.308	4.096
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro	153.118	137.296	287.221	228.234
Redução de estoques	(995)	24	(1.866)	41
Aumento de contas a receber e outros valores a receber	(18.485)	(32.415)	(34.678)	(54.010)
Aumento de contas a pagar e outros valores a pagar	6.970	16.982	13.075	28.295
Redução de outros ativos de longo prazo	(1.862)	3.921	(3.493)	6.533
Caixa gerado por operações	138.746	125.808	260.259	209.621
Impostos de renda pagos	(34.709)	(20.908)	(65.105)	(34.837)
Juros pagos	(17.596)	(7.887)	(33.007)	(13.141)
Caixa líquido de atividades operacionais	86.441	97.013	162.147	161.643

Transações que não afetam o caixa:

Durante o ano, o Grupo utilizou-se de investimentos e atividades de financiamento que não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa:

	2011 US$	2010 US$	2011 R$	2010 R$
Adições de ativo fixo				
Custo de construção acordo de Guarujá II	2.471	-	4.634	-
Aquisição de equipamentos – Tecon Rio Grande – captação de empréstimos	-	14.700	-	24.493
Aquisição de rebocadores – captação de empréstimos	10.424	-	19.553	-
Aquisição de equipamentos – através de leasing	3.061	1.928	5.742	3.213
Fornecedores de bens imobilizados e outros contas a pagar	1.258	2.274	2.359	3.788
Juros de empréstimo capitalizados	4.903	1.683	9.197	2.806
Liquidação de impostos				
Compensação de impostos	278	3.454	521	5.755
Recebíveis				
Recebíveis da transação com Intermarítima	5.375	-	10.082	-

Nota suplementar relacionada com a demonstração de fluxo de caixa:

Efeito da transação da Joint Venture na demonstração de fluxo de caixa:

	2010	
	US$	R$
Caixa e equivalentes de caixa	5.040	8.398
Ativo imobilizado	(6.386)	(10.640)
Outros ativos não circulantes	49	82
Estoques	(515)	(858)
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(2.639)	(4.397)
Empréstimos e financiamentos	12.002	19.998
Outros passivos	12.856	21.420
Total	20.407	34.002

29. COBERTURA DE SEGUROS

As principais coberturas de seguros em vigor em 31 de Dezembro de 2011 contratadas pelo Grupo:

Tipo de Risco	Objeto	Cobertura US$	Cobertura R$
Administradores e diretores	Responsabilidade civil dos administradores	26.655	50.000
Cascos marítimos	Rebocadores	304.064	570.363
Cascos marítimos	Navios de apoio a plataforma	333.033	624.703
RC Marítimo	RC Proteção e responsabilidade cível (*armadores*)*	7.600.000	14.256.080
RC Operadores portuários	RC Operador Portuário (incluindo bens móveis e imóveis), Terminais (incluindo bens móveis e imóveis), operações logísticas	80.000	150.064
Propriedade (Multiline)	Prédios, máquinas, móveis e utensílios, mercadorias e matérias primas	13.568	25.450
Total		8.357.320	15.676.660

** Limite disponível para todos os membros do Clube P&I .*

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 12 de Março de 2012, o Grupo anunciou que através de Wilson, Sons Ultratug Offshore ("WSUT"), em que Wilson, Sons tem 50% de participação, assinou um contrato com a Petrobrás para a construção e operação de quatro embarcações tipo PSV tipo 4500 (Platform Supply Vessel). A contratação faz é parte do Programa de Renovação da Frota de Apoio Marítimo ("Prorefam"). O Grupo pretende financiar os quatro navios através do Fundo da Marinha Mercante (FMM). Os navios serão construídos nas instalações da Wilson Sons Estaleiro em Guarujá, São Paulo, e deverão ser entregues até 2015.

31. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras condensadas e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração em 23 de Março de 2012.